



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MARTA BARBIERI MACHADO

**AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO SOCIOESPACIAL DE UMA ORGANIZAÇÃO  
INTERNACIONAL DE COMBATE À POBREZA: O CASO DA ONG TETO**

**CAMPINAS**

**2020**

**MARTA BARBIERI MACHADO**

**AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO SOCIOESPACIAL DE UMA ORGANIZAÇÃO  
INTERNACIONAL DE COMBATE À POBREZA: O CASO DA ONG TETO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: ARLETE MOYSÉS RODRIGUES

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELA ALUNA MARTA  
BARBIERI MACHADO, E ORIENTADA  
PELA PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> ARLETE MOYSÉS  
RODRIGUES.

**CAMPINAS**

**2020**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

B234p Barbieri, Marta, 1993-  
As propostas de intervenção socioespacial de uma organização internacional de combate à pobreza : o caso da ONG TETO / Marta Barbieri Machado. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Arlete Moysés Rodrigues.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Organizações não-governamentais. 2. Favelas. 3. Habitação. I. Rodrigues, Arlete Moysés, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The proposal for socio-space intervention of an organization to fight poverty : the case of NGO TETO

**Palavras-chave em inglês:**

Non-governmental organizations

Slums

Housing

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestra em Sociologia

**Banca examinadora:**

Arlete Moysés Rodrigues [Orientador]

Patrícia Rodrigues Samora

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

**Data de defesa:** 25-08-2020

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1082-7020>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6895617792456308>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 25 de agosto de 2020, considerou a candidata Marta Barbieri Machado aprovada.

Prof(a). Dr(a). Arlete Moysés Rodrigues

Prof(a). Dr(a). Patrícia Rodrigues Samora

Prof(a). Dr(a). Flávio Henrique Calheiros Casimiro

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço a Lidiane Maciel e ao Bruno Zorek, professores que me incentivaram a fazer pesquisa antes mesmo de eu ingressar no mestrado.

À minha orientadora Arlete Moysés Rodrigues, com quem pude aquietar muitas dúvidas e criar tantas outras, que acabam por me mover intelectualmente.

Agradeço aos funcionários e aos professores do IFCH, em especial do departamento de Sociologia, que me foram exemplo e com quem tanto aprendi durante a graduação e o mestrado.

Agradeço Adriana Bernardes e Patrícia Samora pelas observações feitas na qualificação, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos do LACAM que, com muita generosidade, sempre contribuíram tirando dúvidas, dando sugestões e se fazendo presentes em todos os momentos desse trabalho.

Agradeço meus queridos amigos Baiano, Chico, Isa e Rebeca pelas parcerias cotidianas, por tanto carinho trocado e por estarem ali. Também Leleco e Sara, pelo incentivo e apoio há tanto tempo.

Em especial, agradeço aos meus pais, Célia e Leno, em toda escuta, dedicação e amor.

Obrigada!

## **RESUMO**

A pesquisa tem como objetivo refletir a respeito de organizações do terceiro setor que se colocam, no nível do discurso, em prol da transformação do espaço e se apresentam como alternativa de desenvolvimento para áreas pobres e periféricas. Para tanto, utilizaremos como objeto específico a organização internacional TETO, em sua atuação no Brasil desde 2007. Através de mutirão com voluntários, a ONG constrói casas emergenciais de madeira em substituição aos barracos improvisados que têm a duração máxima de cinco anos. Para realização da pesquisa foram utilizados documentos da organização, análise bibliográfica sobre o tema, entrevistas com voluntários, além de participações em atividades da ONG. Constatamos que em suas intervenções não há alteração do déficit habitacional ou possibilidade de obtenção de moradia permanente, a organização apenas cria e recria um aparelho privado que difunde, por meio de propaganda, sua visão de mundo. Nessa narrativa, pautam aquilo que consideram “transformação social” e se colocam como alternativa ao Estado, ao passo que minimizam os efeitos da miséria com ações emergenciais localizadas, sem jamais explicitar suas causas. Assim, percebemos que esse tipo de intervenção corrobora ao fortalecimento da caridade, da ajuda pontual como saída aos problemas sociais, ao invés de se fomentar o amplo acesso aos direitos à população trabalhadora mais pobre.

**Palavras-chave:** Organizações não-governamentais; Favelas; Habitação.

## **ABSTRACT**

The research aims to think about third sector organizations that place themselves, at the level of discourse, in favor of the transformation of space and present themselves as a development alternative for poor and peripheral areas. Therefore, we will use the international organization TETO as a specific object, in its activities in Brazil since 2007. Through a collective effort with volunteers, the NGO builds emergency wooden houses to replace improvised shacks that have a maximum duration of five years. The organization's documents, bibliographic analysis on the subject, interviews with volunteers, and participation in NGO activities were used to carry out the research. We found that in its interventions there is no change in the housing deficit or the possibility of obtaining permanent housing, the organization only creates and recreates a private device that disseminates, through advertising, their world view. In this narrative, they delineate what they consider "social transformation" and place themselves as an alternative to the State, while minimizing the effects of misery with localized emergency actions, without ever explaining their causes. Thus, we realize that this type of intervention corroborates the strengthening of charity, of punctual help as a way out of social problems, instead of promoting broad access to rights for the poorest working population.

**Keywords:** Non-governmental organizations; Slums; Housing.

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <u>INTRODUÇÃO</u>  | 9  |
| <u>CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO TETO E A LITERATURA SOBRE O TERCEIRO SETOR</u> | 12 |
| <u>1.1 O TETO</u>  | 12 |
| <u>1.2 O TERCEIRO SETOR</u>  | 18 |
| <u>1.3 CONTEXTO NEOLIBERAL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS</u>          | 34 |
| <u>CAPÍTULO 2 - AS CASAS DE EMERGÊNCIA E QUEM AS CONSTRÓI</u>                | 44 |
| <u>2.1 OS VOLUNTÁRIOS</u>  | 44 |
| <u>2.2 MUTIRÃO E AUTOCONSTRUÇÃO</u>  | 55 |
| <u>2.3 A CONSTRUÇÃO DE CASAS PELO TETO</u>                                   | 63 |
| <u>2.4 O TETO E A CRISE HABITACIONAL BRASILEIRA</u>                          | 68 |
| <u>CAPÍTULO 3 - PUBLICIDADE E AÇÃO INTERNACIONAL</u>                         | 74 |
| <u>3.1 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E GESTÃO DA POBREZA</u>                   | 74 |
| <u>3.2 ENGAJAMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIAL</u>                             | 78 |
| <u>4. CONCLUSÃO</u>  | 88 |
| <u>BIBLIOGRAFIA</u>  | 91 |

## INTRODUÇÃO

O primeiro contato que tive com a organização não governamental TETO foi através de uma propaganda comemorativa dos seus dez anos de atuação no Brasil, de slogan “vamos fazer da cidade uma só”<sup>1</sup>. Nela, a ONG estabelecia diagnósticos sobre a cidade, sobre a desigualdade e a importância da moradia digna. Parecia difícil discordar de um discurso a respeito da construção de uma cidade mais justa para as pessoas que nela habitam. Procurar conhecer melhor a organização, sua história e atuação coincidiram às inquietações que já possuía a respeito das dinâmicas da cidade. Uma ONG que aponta para a transformação do espaço a partir da construção de casas provisórias está transformando o quê? Esse questionamento inicial permeou a pesquisa e as decisões que foram tomadas para propor possíveis respostas.

Estruturamos o trabalho de forma que a análise da organização se desse simultaneamente à análise teórica, de modo que as questões suscitadas pelo objeto nos indicassem o conteúdo bibliográfico pertinente para a investigação. Assim, tomando o TETO como objeto, diversos aspectos que foram identificados como relevantes são tratados, como o financiamento da instituição, a visão de mundo, a propaganda, as construções e demais atuações nas periferias da cidade de São Paulo. Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir de duas frentes, uma voltada aos documentos e outra ao empírico. Na primeira, foi realizada uma coleta de informações a partir dos documentos oficiais da ONG, como seus “Relatórios Anuais de Atividades” de 2015 e 2017, além de pesquisa em seu site oficial e análise das campanhas publicitárias e de arrecadação financeira de 2017 e 2018, amparada por uma bibliografia condizente àquela temática. A outra frente, empírica, diz respeito às entrevistas semiestruturadas<sup>2</sup> realizadas com estudantes universitários que são ou foram voluntários do TETO. Além disso, foi possível participar de três atividades do TETO: a primeira foi a “Oficina para formação de voluntários”, realizada na data

---

<sup>1</sup> Vamos fazer da cidade uma só: Teto Brasil, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/EG8NKBH9-B4>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

<sup>2</sup> As entrevistas semiestruturadas dizem respeito a um roteiro de perguntas pré-estabelecido, mas que podem ser acrescentadas outras questões no decorrer da conversa com o sujeito (LIMA, 2016). Tais entrevistas foram direcionadas aos universitários que já atuaram como voluntários e as perguntas se relacionavam com a experiência vivida durante o trabalho, situações marcantes e a interpretação que os mesmos fazem da atividade que realizaram junto ao TETO. Algumas informações coletadas em entrevista foram transcritas no Capítulo 2 e os trechos serão indicados no texto em itálico.

de 22 de julho de 2017, onde me candidatei a participar através de um formulário divulgado via redes sociais e pude passar um dia com funcionários e voluntários apresentando o trabalho da organização. A segunda participação foi como ouvinte no “Encontro internacional de mapeamento cidadão”, que aconteceu em 13 de novembro de 2018, em que o TETO era um dos organizadores e expositores. Já a participação como voluntária se deu na Escutando Comunidades (ECO), ocorrida nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2019, nessa atividade fui uma das voluntárias a aplicar questionários socioeconômicos de casa em casa, no Jardim Pedra Branca, em São Paulo.

Por se tratar de uma organização internacional, optamos por utilizar a nomenclatura TECHO para se referir às sedes nos demais países latino-americanos e TETO para a sede do Brasil. Uma vez que a própria ONG se denomina a partir do artigo masculino “o”, optamos por mantê-lo na escrita.

No primeiro capítulo apresentamos a história da ONG, desde a sua fundação em 1997 até as últimas mudanças e adaptações organizacionais que sofreu. Em seguida, contamos com a bibliografia a respeito do terceiro setor para definir e compreender as organizações não governamentais e sua específica colocação entre Estado e mercado. Além disso, apresentamos a ação conjunta realizada pelo TETO em parceria com o MTST, a fim de discutir diferenças e aproximações de uma ONG ao movimento social. Em um contexto latino-americano de aprofundamento das políticas neoliberais, as instituições do terceiro setor aparecem como peça chave à resolução dos problemas sociais, e essa é uma das questões trabalhadas nesse capítulo.

O segundo capítulo diz respeito à atividade principal da ONG no Brasil, a construção de casas de emergência em substituição aos barracos improvisados. Assim, apresentamos o debate sobre o voluntariado, agentes fundamentais à realização das atividades da ONG. Em seguida, retomamos a forma como se deu a ocupação urbana na cidade de São Paulo, a construção de moradia através da autoconstrução nas periferias e os sentidos da casa à classe trabalhadora. Também abordamos a construção de casas realizadas pelo TETO, a descrição de suas ações e relatos de voluntários que já participaram das construções. Para pensarmos na atuação da ONG de forma ampliada, apresentamos a crise habitacional, o déficit de moradias e os entraves ao acesso à habitação.

No terceiro e último capítulo tratamos dos usos que são feitos da miséria e da pobreza. As mesmas podem aparecer como “motor” à internacionalização de organizações como o TETO, em sua expansão a partir da ajuda humanitária oferecida em decorrência de catástrofes, e também são mobilizadas como forma de propaganda. Nesse último, a propaganda pode ser feita para angariar recursos à própria instituição, ou para empresas que desejam ser socialmente responsáveis e impactarem positivamente a sociedade através do engajamento com o terceiro setor. Ao final, esse estudo pretende não apenas ter apresentado a ação da ONG por ela mesma, mas contribuir ao entendimento do mundo social, de forma ampla.

## CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO TETO E A LITERATURA SOBRE O TERCEIRO SETOR<sup>3</sup>

### 1.1 O TETO

Em 1997, um grupo de jovens se mobilizou para construir uma capela em uma comunidade carente na cidade de Curanilahue, no Chile. Diante do engajamento e mobilização pela construção, os jovens perceberam que poderiam ser ainda mais efetivos contra a pobreza no país ao construir não apenas a capela, mas agindo sobre as formas de habitação daquela vizinhança. Vinculados à Igreja Católica, tiveram como norte de sua ação nos anos o seguinte pensamento: "Não foi culpa nossa que, quando veio ao mundo, o Filho de Deus não tinha onde nascer, mas será nossa responsabilidade se no seu aniversário de dois mil anos ainda não tiver um lugar onde nascer." (BERRÍOS, 2006, p.4) Quem relata essa experiência é Felipe Berríos, o capelão jesuíta que acompanhou esses jovens em missão e que, quatro anos depois, em 2001, criou a organização sem fins lucrativos *Un Techo Para Chile* inspirado pelo que viveu em Curanilahue.

Desde a sua criação até o presente a organização passou por reformulações, alteração de nome e expansão para outros países. O trabalho desenvolvido no Chile - construção de casas de madeira em comunidades pobres - passou a ser replicado, inicialmente, em alguns países latino-americanos. Em 2005, a organização passa a se chamar “Un Techo Para Mi País”, estabelecendo-se também no México, Colômbia, El Salvador, Peru, Uruguai, Argentina e Costa Rica. Entre os anos de 2007 e 2008, instalaram-se no Paraguai, Equador, Nicarágua, República Dominicana, Guatemala e Brasil. Entre 2009 e 2010, estabelecem-se na Bolívia, Haiti, Honduras, Panamá e Venezuela, e contam com dois escritórios nos Estados Unidos voltados apenas à captação de recursos. No mapa a seguir (Figura 1) as sedes de atuação estão indicadas em azul,

---

<sup>3</sup> Uma versão preliminar do Capítulo 1 foi apresentada no XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB) durante o GT “Território e ativismos sociais urbanos” e consta nos Anais do Congresso. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simpurb2019>> Acesso em 28 jan. 2020.

enquanto a sede de captação é indicada em roxo. Ao todo, são dezenove países com presença da ONG. A partir de 2012, o nome “Un Techo Para Mi País” deixa de ser utilizado pela instituição para tornar-se apenas TECHO, e no Brasil TETO.

**Figura 1:** Locais de atuação TECHO.



Fonte: Formulação própria a partir de dados da organização até 2019.

Quando chegam ao Brasil, em 2007, se estabelecem em São Paulo, local que é hoje também sua sede nacional. Desde então, expandiram-se para outros quatro estados: Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Sua principal atividade no país é a construção de moradias de emergência, feitas de painéis pré-fabricados de madeira sobre pilotis<sup>4</sup> e com durabilidade prevista

<sup>4</sup> Segundo o coordenador do TETO (PR) em entrevista, “cada casa emergencial é composta por painéis pré-moldados de madeira, feitos por uma empresa parceira no Paraná. Quando são definidas as ações de construção de moradias em determinado local, os pedidos dos kits são encaminhados com cerca de um mês de antecedência para a fábrica. Além dos painéis, o kit contempla 12 pilotis de madeira de eucalipto tratado, que servem para fazer a fundação da casa. A cobertura, composta por uma viga mestra, grelhas de madeira e uma manta térmica, recebe telhas de zinco.” Cada casa custa em média R\$ 5 mil reais. Disponível em: <

de cinco anos. Tais casas visam substituir os barracos improvisados e são construídas pelos voluntários da ONG em parceria com a família residente. As construções massivas ocorrem duas vezes ao ano, nos chamados TDV (Trabalho de Verão) e TDI (Trabalho de Inverno). No entanto, existem também as construções pontuais ao longo do ano, onde se constroem menos unidades de moradia, além de construções de emergência diante de tragédias<sup>5</sup>.

Outras duas atividades da organização no Brasil que se destacam são a Coleta e a Escutando Comunidades (ECO). Anualmente, a ONG faz um recrutamento de voluntários para irem às ruas e semáforos com faixas e cartazes informativos para arrecadar dinheiro para futuras construções. Espalhados pelos centros urbanos dos estados onde atuam, fazem da Coleta uma forma de apresentação da ONG para o público e também como uma das fontes de financiamento da instituição. Outra atividade realizada por eles é a ECO<sup>6</sup>, em que voluntários vão até os locais onde o ONG pretende atuar no futuro e aplicam um questionário socioeconômico aos seus moradores. Nele, perguntam sobre o grupo familiar, sobre as condições da residência em que habitam e sobre o engajamento comunitário no local. Os resultados não são públicos, mas utilizados pela organização para mensurar as possibilidades de atuação naquela favela. Segundo a organização,

um dos fatores fundamentais para superar a situação de pobreza nas favelas é a elaboração de diagnósticos precisos que possibilitem a criação de estratégias e políticas públicas para o seu desenvolvimento. Para isso acontecer, realizamos o mapeamento das favelas que se encontram em maior situação de vulnerabilidade nas regiões em que atuamos e aplicamos uma enquête de caracterização socioeconômica para gerar um diagnóstico quantitativo em temas pertinentes à intervenção programática da comunidade. (TETO Brasil, Relatório Anual de Atividades 2017. p.32.)

À medida que a ideia de impactar as comunidades chilenas foi tornando-se mais ambiciosa, a organização toma distância de sua raiz no catolicismo para fundamentar-se como ambiente de diversidade de crenças e valores. No livro direcionado aos futuros voluntários da

---

<http://madeiraconstrucao.com.br/casas-emergenciais-dao-mais-dignidade-quem-vive-em-comunidades-de-alta-vulnerabilidade-social/>> Acesso em: 29 jun. 2019.

<sup>5</sup> O caso mais recente foi o de Curitiba, Paraná. Após incêndio na favela 29 de março o TETO fez um financiamento coletivo para reconstrução das casas destruídas pelo fogo. Disponível em: < <https://cbncuritiba.com/ong-entrega-21-casas-para-familias-que-perderam-tudo-em-incendio/>> Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>6</sup> Em campo notamos que a atuação focalizada do TETO não garante um diagnóstico geral preciso sobre a área. Do ponto de vista científico os dados coletados seriam insuficientes, por exemplo, para a aplicação de políticas públicas. Dada as restrições do questionário e a abrangência da aplicação, se comparada aos questionários de órgãos públicos como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

organização, escrito por Berríos “Todo Comenzó en Curanilahue” (Aguilar, 2006), fala-se em uma solidariedade vinculada à crença religiosa: servir aos pobres seria o mesmo que servir a Deus. Do contato direto com uma realidade de poucos recursos, os jovens descobriram que ali residem valores pessoais que superam os valores materiais, aos quais estavam acostumados a mensurar.

Cheios de nós mesmos, fomos a Curanilahue para catequizar, com a segurança de um Deus que dominávamos, mas terminamos sendo catequizados pela pobreza. O Deus de Jesus Cristo nos falou através dela e, para nosso bem, nunca mais fomos os mesmos. Podemos dizer com alegria e no bom sentido: “Fomos buscar lâ e saímos tosquiados”. (BERRIOS, 2006, p.38)

Diante do projeto de expansão da organização para outros países, manter o discurso como vinculado à igreja e aos jesuítas parecia ser um fator limitante. Foi preciso moldar, de certa forma, os valores e o perfil da organização, para que ela tivesse aderência em diversas culturas. Um exemplo disso é o corpo de voluntários, composto apenas por estudantes universitários, ao invés de ser composto por missionários, por exemplo. Segundo Berríos, os universitários representam uma camada privilegiada da sociedade e que, depois de formados, servirão à mesma. Para que sejam bons profissionais é preciso que conheçam uma realidade distinta da sua, sejam empáticos aos que vivem com pouco e comprometam-se com a transformação desse cenário. A ONG, então, propõe-se a educar os voluntários, para que através desse novo olhar para o mundo, os voluntários nunca mais sejam os mesmos. No que diz respeito ao vínculo religioso atualmente, o que a organização coloca em seu site oficial é:

Os jesuítas são uma congregação da Igreja Católica que continua a apoiar este projeto, através da presença do Capelão que preside o diretório do TETO no Chile. Seu papel é promover valores fundamentais como a diversidade, a natureza não-denominacional da instituição, a liderança dos jovens e seu foco fundamental no trabalho para e com as famílias mais excluídas. Um dos valores do TETO é a diversidade, portanto todos, independentemente de sua origem, credo, gênero, orientação ou situação econômica, são bem-vindos/as para fazer parte do TETO. (TETO, Perguntas Frequentes, 2017)

Assim, o Capelão, como uma espécie de conselheiro da instituição, e a Igreja não interferem com valores e diretrizes religiosas sobre a ONG. A linguagem na atual documentação e aparição pública da ONG se vale de noções como a de “responsabilidade social” para informar a respeito de seus valores e compromisso em reduzir a desigualdade dos países em que atuam, além de “levantarem a bandeira” da diversidade e do acolhimento no que diz respeito aos seus colaboradores.

No organograma da instituição que consta no site do TECHO Colômbia, a figura do Capelão aparece na estrutura hierárquica da ONG (Figura 2), ainda que de forma paralela, como um consultor que age em parceria com a direção executiva internacional.

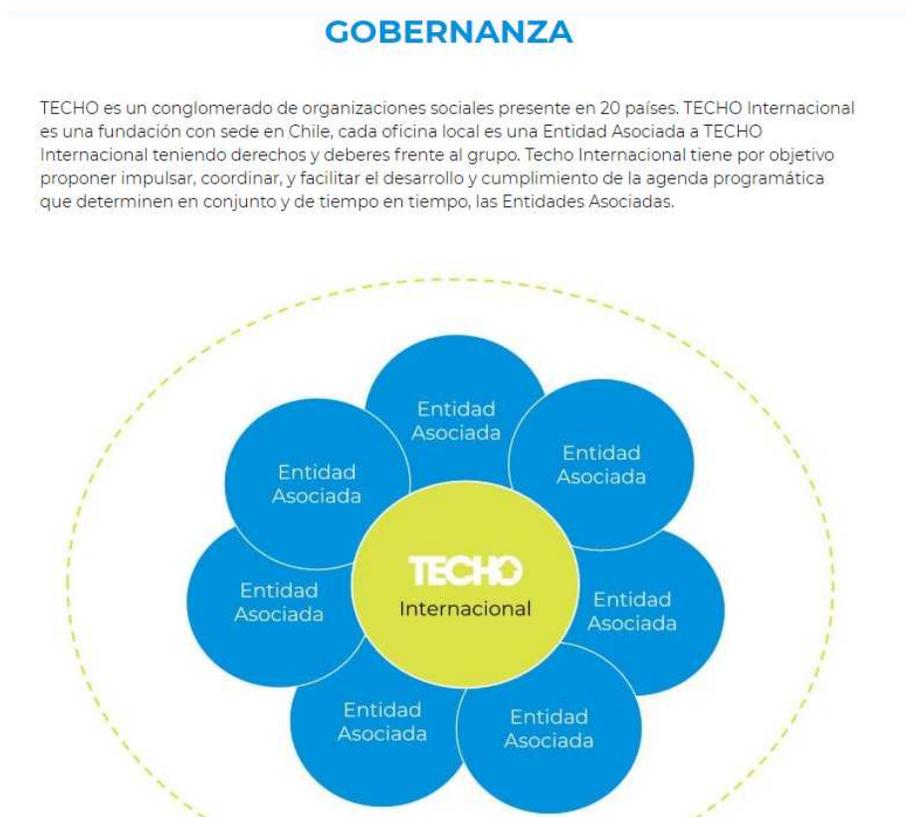
**Figura 2:** Organograma TECHO Colômbia



Fonte: Site da instituição<sup>7</sup>.

O Chile é sede do escritório internacional (TECHO Internacional) e, de certa forma, concentra as decisões que serão informadas a cada área de abrangência da organização. No atual site da TECHO Internacional é possível consultar seu organograma, que já não apresenta mais uma forma hierárquica, onde as ordens partem de cima para baixo. Em sua nova forma de apresentar-se, o escritório internacional aparece no centro e em diálogo horizontal com as demais entidades associadas, ou seja, as demais sedes da ONG (Figura 3).

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.techo.org/colombia/gobernanza/>> Acesso em: 14 abr. 2019.

**Figura 3:** Organograma TECHO Internacional.

Fonte: Site da instituição<sup>8</sup>.

Em um período de três anos (2017 – 2020) foram feitas diversas mudanças nos sites oficiais do TECHO, com alteração da disposição das informações disponibilizadas e reformulação desses conteúdos, como no caso do organograma em sua forma atual. No caso brasileiro, o mesmo ainda se dispõe em níveis hierárquicos de decisões, que partem do escritório internacional para o Conselho Diretor e Direção executiva. Essa última delega as funções às áreas específicas (Social, Comunicação, etc) e o escritório nacional distribui as demandas para as sedes estaduais (Figura 4).

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.techo.org/gobernanza/>> Acesso em: 14 abr. 2019.

**Figura 4:** Organograma TETO Brasil.

Fonte: Site da instituição<sup>9</sup>.

Assim, é possível notar o caráter flexível da instituição diante das necessidades de mudanças, sejam elas de seu direcionamento valorativo ou organizacional. Tais mudanças favorecem a adaptação do TECHO em países diversos, atuando de um modo específico em cada localidade e, ainda assim, mantendo o vínculo e representando uma só instituição. A seguir, apresentaremos o que a bibliografia consultada, a respeito de organizações não governamentais e do terceiro setor, tem a contribuir na compreensão do caso estudado e do contexto histórico no qual ele se insere.

## 1.2 O TERCEIRO SETOR

Neste tópico serão apresentadas algumas elaborações presentes na literatura a respeito do chamado Terceiro Setor e também a legislação nacional que ampara tais instituições. A partir dos dois materiais será possível interpretar a ação do TETO no país, em suas parcerias com o Estado

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.techo.org/brasil/governanca/>> Acesso em: 14 abr. 2019.

e com empresas privadas. Thereza Montenegro (1994), na coleção Primeiros Passos, elabora algumas definições a respeito das ONGs, e Virgínia Fontes (2010) retoma a formação política das mesmas. Posicionamentos críticos a essas entidades aparecerão em debates principalmente dos anos 1990, com o avanço do projeto neoliberal e na esteira da intensificação dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. Apresentaremos também a crítica de Maria da Glória Gohn (2005) e das autoras Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles (2007). No que diz respeito às leis, o marco do reconhecimento das entidades não governamentais e sem fins lucrativos se deu através da Lei nº 9.790/99, que cumpriu o papel de desburocratizar a parceria entre Estado e ONGs através da figura “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público”, a OSCIP. O TETO é uma OSCIP desde 2017<sup>10</sup>.

Em “O que é ONG” (Brasiliense, 1994), Thereza Montenegro se propõe a apresentar de forma introdutória as características gerais de uma organização não governamental. Dada a contradição presente no próprio termo, ao se definir por algo que não é, apresenta uma conceituação de partida:

[As ONGs são] um tipo particular de organizações que não dependem nem econômica nem institucionalmente do Estado, que se dedicam a tarefas de promoção social, educação, comunicação e investigação/experimentação, sem fins de lucro, e cujo objetivo final é a melhoria da qualidade de vida de setores mais oprimidos. (MONTENEGRO, 1994, p.11)

Assim, as organizações não governamentais não seriam dependentes do Estado, no entanto, isso não as torna opostas a ele ou independentes de qualquer verba estatal, visto que implantações de políticas públicas em parceria com o poder público é algo que pode ocorrer e ocorre. No que diz respeito ao “sem fins de lucro” a afirmação a afasta de organizações privadas que visam o acúmulo do capital, porém, isso não significa que a mesma não irá cobrar por serviços prestados, não irá remunerar os funcionários ou investir em propriedades.

Tal definição não é suficiente para caracterizar sua ação política, que varia de acordo com cada organização. Montenegro então faz questão de separar aquelas a que se pode atribuir feições progressistas e outras que não. Considerando as ONGs progressistas, afirma que sua ação está ligada com frequência a prestação de assessoria aos movimentos populares e seriam elas

---

<sup>10</sup> TETO Brasil. **Certificado OSCIP 2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.techo.org/brasil/wp-content/uploads/sites/4/2018/09/CERTIFICA%C3%87%C3%83O-OSCIP-2017.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

interessadas na *transformação social*, pautados por ideais marxistas ou gramscianos. A potência da ONG progressista residiria justamente por ser tanto militância quanto entidade a serviço do movimento social. Qualificar tais organizações como “progressistas” é coerente à análise da época, visto que o Brasil havia recém saído de uma ditadura militar e, naquele período, as ONGs “estavam próximas dos movimentos sociais, participavam deles, assessoravam, apoiavam e contribuía para sua sobrevivência.” (FONTES, 2010, p.237)

No entanto, no período democrático, o conteúdo comumente apresentado pelas ONGs fala em nome da mudança social e econômica, o que já as garantiria o status de progressista e faria com que essa diferenciação perdesse seu sentido. Houve a partir de 1980 uma mudança no caráter dessas instituições que fez com que as mesmas se profissionalizassem e, com isso, se alinhassem a certa neutralidade política em suas causas. Passou a ganhar força as lutas por causas planetárias, como o meio ambiente ou os direitos humanos, em amplo aspecto. A união entre ONG e movimento social já não é algo tão estreito como antes e nem garante a sobrevivência do último.

No caso do TETO, por exemplo, a “transformação” é um termo frequente em seu léxico<sup>11</sup>. Porém, esse posicionamento aparece com suposta neutralidade teórica e política, além de atrelada à proposta generalista de promover “dignidade a todos os indivíduos”. Dos materiais consultados, não são citados autores, personalidades famosas ou militantes que inspiram sua ação, visto que a transformação almejada se associa sempre àquilo que a organização em si fará por um mundo melhor. É como se, sumariamente, coubesse aos movimentos sociais a luta política por uma agenda que contemple o horizonte de mudanças, ao passo que o posicionamento de determinadas ONGs coloca a sua própria instituição como o instrumento de mudança, baseada em ideais generalistas.

As instituições, a partir da década de 1980, tornavam-se capazes de servir como carreira profissional aos universitários e militantes que dela faziam parte. Assim, aqueles que antes

---

<sup>11</sup> Um exemplo disso é a descrição do seu modelo de trabalho presente no site oficial: “O trabalho do TETO é baseado na criação de uma ligação entre o voluntariado e a comunidade, que trabalham em conjunto para gerar soluções concretas para melhorar as condições de vida no local. Portanto, o TETO procura que as populações das comunidades sejam *atores transformadores* do território em que vivem.” Disponível em: < <https://www.techo.org> > Acesso em 18 mai. 2019.

falavam em nome de uma causa em comum que os unia, passaram a falar em nome da organização, enquanto um funcionário da mesma.

Pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuia na militância, nesse deslizamento da “luta social” para estar “a serviço de”, desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade. Modificava-se a própria forma da política no Brasil, aproximando-se celeremente dos padrões dominantes no cenário internacional, de cunho capital-imperialista. (FONTES, 2010, p.237)

É possível interpretar esse processo de mudança das organizações a partir de um conceito de Antonio Gramsci que é mobilizado por Fontes, o de *aparelhos privados de hegemonia*. O conceito de aparelhos privados é criado por Antonio Gramsci (2004) a fim de representar uma nova nuance do Estado nas sociedades capitalistas desenvolvidas, uma “trama privada” que emerge como parte do mesmo. Para o autor, o Estado, em sentido amplo, comportaria em si a *sociedade política*, formada pelos mecanismos de repressão e coerção que detém o monopólio da violência, e comportaria também a *sociedade civil*, formada pelo conjunto de organizações “responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.” (COUTINHO, 1992, p. 76-77). Assim, a expressão da sociedade política se daria nos aparelhos repressivos, como as burocracias e a polícia militar, ao passo que os portadores da sociedade civil seriam os *aparelhos privados de hegemonia*<sup>12</sup>. Como destaca Virgínia Fontes, para Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia seriam uma forma de se organizar da sociedade civil e, principalmente, uma forma de organização da dominação burguesa através desses aparelhos<sup>13</sup>.

O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo

---

<sup>12</sup> Não se deve, no entanto, considerar que a sociedade civil seja oposta a sociedade política, ambas se complementam, como aponta Fontes: “Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas.” (FONTES, 2010, p.136)

<sup>13</sup> Para mais informações a respeito de como a burguesia brasileira se organizou, e ainda organiza, em torno de institutos e fundações, ver trabalho de Flávio Casimiro, “A Nova Direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo” (Expressão popular, 2018).

burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contra-hegemonia. Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. (FONTES, 2010, p.134)

As ONGs seriam uma forma de expressão desse aparelho e elas podem se fazer em prol da transformação ou da conservação, a depender da sua prática com as classes em luta. No entanto, a forma como as ONGs passaram a se apresentar, com certa isenção e neutralidade política, fez com que elas fossem vistas como a expressão mais adequada da sociedade civil organizada. Boa parte da reflexão acadêmica da época valorizava esse traço de “autonomia” das mesmas, como relembra Fontes, ao passo que essas ONGs continuavam engajadas em lutas imediatas e recusavam a luta classista de projetos sociais mais amplos<sup>14</sup>.

Montenegro (1994) e Fontes (2010), ainda que em períodos distintos, concordam a respeito da importância de se analisar o financiamento privado do qual dependem as ONGs. Para Fontes, a profissionalização das ONGs cria ainda uma nova função técnica, a dos agenciadores de recursos nacionais e internacionais. Para apresentar, portanto, como o TETO se mantém financeiramente, utilizaremos informações oferecidas pelo mesmo em seu site oficial e em relatórios de prestação de contas.

Segundo a instituição, o seu financiamento se dá basicamente através de doações de empresas parceiras e da doação de pessoas físicas. As empresas parceiras podem se aliar ao TETO de diferentes formas, seja oferecendo doação financeira (Empresa Amiga do TETO), participando do voluntariado corporativo ou através do patrocínio de eventos pontuais. Já os indivíduos que desejam contribuir com a causa podem ser parceiros permanentes oferecendo doações mensais (Amigos do TETO), ou então através de doações pontuais em período de

---

<sup>14</sup> Francisco Weffort (1984) e Eder Sader (1988) apontam que o período militar brasileiro, iniciado em 1964, foi capaz de enfraquecer a concepção de que o Estado seria o único instrumento de mudança social. As ações de resistência ao regime teriam sido impulso fundamental à criação e consolidação da sociedade civil, valorizando sua autonomia diante do Estado. Por isso, o apoio aos perseguidos pela ditadura provinha das organizações da sociedade civil. O que é interessante de salientar no momento é o aparente dualismo entre Estado e sociedade civil, e essa tensão aparecerá outras vezes ao longo do texto.

arrecadação nas ruas, na chamada Coleta. Outra forma de arrecadação de fundos através de pessoas físicas ocorre anualmente, a chamada Campanha dos Embaixadores do TETO. Nela, voluntários são convidados a arrecadar, através de financiamento coletivo, quantias que serão utilizadas na construção de casas de emergência durante o mês de julho nas construções do TDI (Trabalho de Inverno).

Utilizando como exemplo o Relatório Anual de Atividades de 2015<sup>15</sup>, 41% de sua entrada financeira corresponderam às doações de empresas, enquanto 37% foram doações de indivíduos parceiros. Se traduzida a porcentagem em dinheiro, considerando a receita total de R\$ 3.683.582,00, o valor oriundo da doação de seus principais parceiros somou aproximadamente R\$2.873.194,00 naquele ano. O restante, 22%, advém da cooperação internacional e das receitas internas e administrativas.

Para além do auxílio financeiro, a ONG propõe outros dois tipos de parcerias possíveis entre eles e empresas. Como mencionamos anteriormente, a Empresa Amiga do TETO se caracteriza pela doação recorrente à organização, já o Voluntariado Corporativo<sup>16</sup> serve às empresas que desejam engajar seus funcionários e gestores nas atividades realizadas pela ONG, enquanto a Aliança Estratégica diz respeito à parceria eventual em situações específicas, como patrocínio de eventos. O levantamento de empresas parceiras do TETO foi feito a partir da lista disponível em seu site oficial e elaborado em formato de quadro.

### Quadro 1: Empresas parceiras do TETO

| Empresa  | O que faz   | Tipo de Parceria com o TETO |
|----------|---|-----------------------------|
| ABN Amro | Banco corporativo internacional   | Voluntariado Corporativo    |
| Adobe    | Empresa criadora de softwares para computadores   | Voluntariado Corporativo    |
| AECOM    | Multinacional da área de engenharia (atuante das áreas de design, consultoria, gerenciamento, | Voluntariado Corporativo    |

<sup>15</sup> TETO, Brasil. **Gestão Financeira**. Disponível em: <<https://www.techo.org/brasil/gestao-financeira/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

<sup>16</sup> Uma ação de voluntariado corporativo foi documentada pelo TETO, as empresas participantes eram o Centro Técnico da Porsche, Gemalto e GDF Suez, o vídeo se encontra em seu canal oficial no Youtube. <[https://youtu.be/qXXqJ\\_E7RdA](https://youtu.be/qXXqJ_E7RdA)> Acesso em: 14 abr. 2019.

|                                  |   |                          |
|----------------------------------|---|--------------------------|
|                                  | construção)   |                          |
| American Tower                   | Companhia especializada em infraestrutura <i>wireless</i>                       | Aliança Estratégica      |
| Andmax                           | Locação e venda de equipamentos de engenharia civil                             | Amiga do TETO            |
| ATR                              | Incorporadora   | Amiga do TETO            |
| Bain & Company                   | Empresa de consultoria e gestão.  | Voluntariado corporativo |
| Bank of America                  | Banco dos Estados Unidos  | Aliança Estratégica      |
| BASF                             | Empresa química alemã   | Voluntariado Corporativo |
| BSOP - Brazilian Series of Poker | Empresa especializada na realização de campeonatos de poker                     | Aliança Estratégica      |
| BEX Intercâmbio Cultural         | Empresa especializada em Intercâmbio Cultural e Cursos no exterior              | Amiga do TETO            |
| BNP Paribas Cardiff              | Banco Francês   | Aliança Estratégica      |
| Bourbon                          | Hotel e Resort  | Amiga do TETO            |
| Burson-Marsteller                | Empresa de consultoria  | Amiga do TETO            |
| Cargill                          | Multinacional da indústria alimentícia  | Voluntariado Corporativo |
| Casas Bahia                      | Rede de varejo de móveis e eletrodomésticos                                     | Voluntariado corporativo |
| Companhia do Imóvel              | Rede de imobiliárias  | Amiga do TETO            |
| Cultura Inglesa                  | Escola de Idiomas   | Amiga do TETO            |
| Deutsch Bank                     | Instituição financeira alemã  | Voluntariado Corporativo |
| DHL                              | Empresa internacional de logística  | Voluntariado corporativo |
| Experience Club                  | Empresa que promove eventos corporativos e possui uma revista de negócios       | Aliança Estratégica      |
| FedEx                            | Empresa de logística e envio expresso de documentos, objetos e correspondências | Voluntariado Corporativo |
| Gerdau                           | Empresa Siderúrgica   | Aliança Estratégica      |
| GE - General Electric            | Conglomerado multinacional atuante dos segmentos de energia,                    | Voluntariado Corporativo |

|   |   |                          |
|---|---|--------------------------|
|   | aviação, software, indústria automobilística, farmacêutica, entre outros                            |                          |
| GFK   | Empresa que realiza pesquisas de mercado  | Voluntariado Corporativo |
| GHFly   | Publicidade e Marketing digital   | Aliança Estratégica      |
| GOL   | Aviação   | Aliança Estratégica      |
| Great Place to work   | Consultoria e Gestão de pessoas   | Aliança Estratégica      |
| IDEE  | Incorporadora   | Amiga do TETO            |
| KAKAU   | Seguradora  | Amiga do TETO            |
| Mammoet   | Empresa de logística especializada em elevação e transporte de objetos superdimensionados e pesados | Amiga do TETO            |
| Mazu  | Loja de roupas  | Amiga do TETO            |
| MinD  | Loja de objetos de decoração para domicílio   | Amiga do TETO            |
| NOKIA   | Multinacional de telecomunicações e tecnologia.   | Voluntariado Corporativo |
| Siqueira Castro   | Escritório de Advocacia   | Aliança Estratégica      |
| Squid   | Empresa de Marketing  | Aliança Estratégica      |
| Sungod - Reguladora de Sinistros & Consultoria em Responsabilidade Civil Profissional | Seguradora  | Amiga do TETO            |
| SWAROVISK   | Fabricante de joias   | Voluntariado Corporativo |
| Togu  | Restaurante   | Amiga do TETO            |
| Turner  | Conglomerado midiático  | Voluntariado Corporativo |

Fonte: Elaboração própria a partir das informações fornecidas por TETO Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.techo.org/brasil/voluntariado-corporativo/>>. Acesso em: 9 jun. 2019

Algumas considerações podem ser feitas ao analisar a relação de empresas parceiras, a primeira delas diz respeito à liderança de empresas do ramo da infraestrutura e logística (7), seguida por empresas de publicidade e marketing (5)<sup>17</sup>. O setor financeiro também fica

representado com os vários bancos (4) e se iguala ao setor de tecnologia (4). Ficam empatados em números as empresas do setor imobiliário (3), as de consultorias (3) e as seguradoras (3).

Retomando Montenegro (1994), a necessidade do financiamento criaria uma intensa competição entre as organizações, além de haver a necessidade de conciliação de interesses entre financiadores e ONG beneficiada. Dessa forma, os financiadores poderiam pressionar as organizações para que apresentem resultados em prazos reduzidos, ou resultados mais próximos ao esperado pela empresa do que uma representação da realidade. Tal pressão pode fazer com que a reflexão ou a produção teórica fique no segundo plano das instituições, essa seria, inclusive, uma justificativa para as ONGs terem se enfraquecido politicamente e criticamente. Outro entrave que pode ser gerado pelos financiadores é o de colocar a ONG apenas como intermediária entre eles e a população pobre, como um canal das empresas para atingir os mais variados interesses. Caso a ONG deixe de lado seus projetos próprios para pôr em prática apenas o interesse dos financiadores, perder-se-ia a “mudança social” esperada. O alerta feito pela autora pode se fazer fundamental na análise do perfil das empresas com quem o TETO se alia.

Os valores de uma incorporadora imobiliária são fundamentalmente opostos ao de uma ocupação, por exemplo. Famílias que não possuem local adequado para morar podem, eventualmente, ocupar uma área da cidade na qual a propriedade é privada, ou estatal. Ao passo que uma incorporadora é uma empresa que procura terrenos pela cidade onde o investimento no ramo imobiliário se faça possível e rentável. O interesse da compra e da garantia da propriedade privada é incompatível aos interesses daqueles que ocupam uma propriedade para garantir a sobrevivência e dignidade de um teto sobre si, utilizando-se da “função social da propriedade” como expresso nos artigos 182 e 186 da Constituição Brasileira de 1988<sup>18</sup>. O TETO como organização que se coloca ao lado daqueles que vivem em assentamentos precários, vive então, a contradição de serem financiados pelo capital imobiliário, que visa justamente a especulação e

---

<sup>17</sup> O número de empresas de propaganda e marketing dentre os financiadores demonstra que um importante pilar da organização passa pelo apoio e pela divulgação sistemática de suas ações por essas empresas. A relação entre ONG e empresas de propaganda e marketing será apresentada detidamente no Capítulo 3.

<sup>18</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso: 10 jun. 2019. Atualmente, a PEC 80/2019, sugerida em maio de 2019 pelo senador Flávio Bolsonaro, pretende modificar justamente os artigos 182 e 186 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/proposta-de-emenda-constituicao-quer-alterar-definicao-de-funcao-social-da-propriedade/>>. Acesso em 10 jun. 2019.

domínio do solo urbano. O conflito, portanto, pode nunca ter se dado diretamente entre a incorporadora que financia o TETO e uma comunidade atendida por eles, no entanto, esse é um fator a se levar em conta quando pensamos sobre os interesses aparentemente antagônicos que permeiam as instituições do terceiro setor.

Por outro lado, pode não haver contradição entre os interesses das empresas parceiras e da organização, caso o TETO seja um consumidor dos materiais de construção ou demais produtos que tais empresas ofereçam, pois a relação seria benéfica para ambos, entre um comprador e um fornecedor. Além disso, dada a durabilidade prevista de apenas cinco anos para as casas construídas, a permanência das famílias não é assegurada de forma permanente e não resultaria em um conflito entre ONG e empresa parceira em casos de remoção futura, uma vez que o TETO não garante a reconstrução dessas moradias após o “vencimento” do prazo. Desse modo, podem se tratar de inúmeros arranjos entre empresa financiadora e a ONG, em suas possíveis contradições ou confluência de interesses. O que vale ressaltar no momento é a relação complexa que se tece entre esses agentes - Estado, Sociedade Civil e Capital.

Para pensar no cenário de contradição ou confluência de interesses, apresentaremos a ação conjunta que ocorreu entre TETO e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Em dezembro de 2018 foram construídas 19 casas provisórias na ocupação Esperança Vermelha localizada na Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo<sup>19</sup>. Para a atividade, foram mobilizados 250 voluntários da instituição, que atuaram em conjunto com os moradores da ocupação. Segundo o MTST o diálogo, que se iniciou com dois meses de antecedência à construção, resultou na doação dessas casas e na possibilidade de que algumas famílias, antes morando em barracos de lona, continuem ocupando o terreno e garantindo sua função social<sup>20</sup>.

O início da ocupação Estrela Vermelha se deu em março de 2016 e chegou a contar com 2.500 moradores, exclusivamente sob os barracos de lona. À época da construção com o TETO, dois anos depois da ocupação, o terreno em questão já estava sendo utilizado pelo MTST como “posse” obtida por meio do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. Segundo uma placa

---

<sup>19</sup> REDE BRASIL ATUAL. **MTST faz mutirão e constrói casas provisórias em ocupação na zona leste de SP.** Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/12/mtst-faz-mutirao-e-constroi-casas-provisorias-em-ocupacao-na-zona-leste-de-sp/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

<sup>20</sup> MTST. **Parceria MTST e TETO resulta em mutirão de moradias provisórias na Ocupação Esperança Vermelha.** Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/parceria-mtst-e-teto-resulta-em-mutirao-de-moradias-provisorias-na-ocupacao-esperanca-vermelha/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

colocada no local, serão construídas ali no futuro 1.400 unidades habitacionais. O programa federal em questão prevê que cooperativas, associações e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, desde que habilitadas pelo Ministério das Cidades, possam gerir construções de moradias para beneficiar famílias que possuam renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00 reais.

Ao pensarmos a respeito da atuação política do TETO, podemos destacar duas interpretações. A primeira é a de que, ao apoiar um movimento social que demanda pelo cumprimento do direito à moradia e da função social da propriedade, como previsto na Constituição Federal<sup>21</sup>, a ONG esteja demarcando afinidade também com tais ideais. No entanto, como para o TETO não há nenhuma menção à Constituição Federal e aos princípios da função social da propriedade e da cidade, esta interpretação carece de análise sobre as questões de fundo em relação à propriedade da terra e sua função social. Já na segunda interpretação, a construção das casas provisórias é facilitada devido a ausência de embate jurídico pela terra, a propriedade já é da entidade, ou do poder público sem previsão de remoção, assim estariam apenas garantindo algum conforto às famílias que aguardam a moradia definitiva e não interferindo nas questões em torno da propriedade da terra ou mesmo de sua função social.

De um lado, está um movimento social urbano, formado por trabalhadores sem moradia, que questiona a desigualdade e age a partir de mobilizações nas ruas e ocupações, do outro está uma organização internacional que, a partir do aparente questionamento da desigualdade, mobiliza universitários em construções de casas provisórias. Há aquilo que os separa e aquilo que os aproxima, enquanto dois representantes dos diversos tipos de engajamento às causas sociais. A partir da análise da descrição que as duas instituições possuem em seu site oficial é possível aferir alguns comentários a respeito do caráter de cada uma delas. O intuito é captar quais são as linhas de força de sua apresentação, através da identificação das palavras que foram mais utilizadas e repetidas nesse texto e que podem evidenciar o modo de pensar a si e o mundo social.

Retiramos do site de ambas as instituições o texto onde definem quem são e a forma como agem, seção intitulada “Linha política” pelo MTST, e de “Missão e valores” pelo TETO. Realizamos a inserção de cada um dos textos no software R 3.6.0<sup>22</sup>, utilizando o pacote

---

<sup>21</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso: 10 jun. 2019.

*wordcloud*, e limitando o número máximo de palavras para formar o gráfico com 40 delas (max.words=40), sendo excluídos os conectivos. Desta forma foi possível obter o agrupamento de palavras em classes de repetição e organizá-las em um formato gráfico de “nuvem de palavras”, como pode ser observado na Figura 5.

**Figura 5:** Nuvens de palavras do TETO e do MTST, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria.

As palavras que são repetidas com mais frequência aparecem grandes e centralizadas, ao passo que a menor repetição é representada por letras menores. As cores separam os grupos de palavras que foram citadas a mesma quantidade de vezes. O texto do TETO possui 360 palavras ao todo, e consideramos na apresentação da nuvem as palavras repetidas até três vezes. Já o texto do MTST possui 1.713 palavras ao todo, por isso a sua nuvem aparece cheia, e consideramos até quatro repetições. Para a interpretação das duas nuvens será colocado o número de repetições da palavra entre parênteses.

O texto de apresentação da ONG é breve e focado em caracterizar o trabalho que realizam, sem correlacionar com a estrutura social. A leitura que estabelecem do mundo social é incipiente, pois os problemas sociais, como a pobreza e as habitações precárias, são naturalizados e deslocados de sua causa. Apontam que existe desigualdade social e ela é prejudicial, assim, sua

<sup>22</sup> O R é um programa e também uma linguagem de programação software amplamente utilizada para análise, visualização e manipulação de dados estatísticos.

ação é colocada como possível caminho para superação, assim a “solução” não adviria do conjunto dos moradores, mas de “fora”, ou seja, da ONG. O uso de palavras como “comunidades” é utilizado em substituição aos termos “bairros periféricos” e “favelas”. É possível notar graficamente as linhas de força de sua apresentação nas repetições do termo *trabalho* (9), *ação* (4) e *comunitária* (3), como o intuito de caracterizar sua própria atuação, e do breve diagnóstico que fazem da sociedade: existe *pobreza* (3) em *comunidades* (4) que vivem em situação *precária* (3), e o que se deve fazer é *superar* (3). Superação que se refere à vitória pretendida, um futuro com mais igualdade, no entanto, não é apresentado outro caminho se não o de associação à própria ONG, ou seja, a ação é externa e não relacionada ao entendimento da função social da propriedade. Nesse sentido tendemos a considerar que o TETO se institui como um aparelho privado de hegemonia onde as *causas* da desigualdade e da falta de moradia não são questionadas ou colocadas em destaque. O que se destaca é a ação da própria organização, ou seja, colocam-se como portadores da resolução dos problemas através do “atendimento” focal, apresentando assim uma visão de mundo que tende a ocultar as causas da desigualdade.

O MTST em sua seção de apresentação exprime um diagnóstico de mundo social mais amplo, onde é explicitada uma dinâmica da desigualdade socioespacial, a partir da identificação da posse de espaços centrais relegados aos ricos e ao compulsório afastamento dos pobres às periferias. Nesse sentido, considera a desigualdade socioespacial. É possível perceber isso a partir das repetições de palavras como *poder* (8), *Estado* (7), *periferias* (6), *capital* (5), *capitalista* (4) e *dinheiro* (4). Para qualificar a sua ação enquanto movimento, nota-se também termos distintos dos utilizados pelo TETO, como *luta* (12) e *organização* (5). Suas ações explicitadas no texto são manifestações nas ruas, bloqueios de estradas e ocupações. Cabe ressaltar que a palavra mais repetida pelo TETO é *trabalho* (9) e a mais repetida pelo MTST é *trabalhadores* (22). Ainda que as duas palavras derivem do verbo trabalhar, o uso do substantivo “trabalho” se refere à atividade realizada, o trabalho feito pela própria instituição, enquanto o adjetivo “trabalhadores” qualifica o sujeito coletivo do qual é composto o movimento, além de demarcar uma posição de classe. Conclui-se que a ONG elabora uma visão do mundo social circunscrita à sua ação pontual, ao passo que o movimento dos trabalhadores identifica uma estrutura de poder, reivindica e se mobiliza por reformas que estão para além da questão da moradia em si e reconhece a explicitação dos direitos constitucionais. Desse modo, podemos

considerar que o MTST, assim como outros movimentos de luta por moradia, contesta a propriedade da terra sem uso e da produção da cidade que impede uma grande parcela da população de ter acesso à moradia. Além disso, colocam como pauta a realização do que é expresso na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (2001), no que diz respeito à função social da propriedade urbana e da cidade. Sua ação é uma ação política que depende da atuação de cada um dos participantes e não como “ajuda” vinda de qualquer tipo de organização, como acontece com as ONGs. Desse modo, considera que a solução dos problemas advém da organização e da luta pelos seus direitos.

Retomando a ação conjunta das duas organizações, o TETO e o MTST divulgaram a parceria em suas redes sociais e de seus representantes<sup>23</sup>. Ao firmar parceria, o TETO parecia pegar emprestado do movimento social um pouco de sua força e radicalidade. Já o MTST pôde aparecer de forma branda, capaz de diálogo e flexibilização, algo até inesperado diante das tentativas de criminalização dos movimentos sociais por parte da mídia. A aliança estratégica, para usar o termo da ONG, aparenta ter tido êxito para ambos. Esse fator que pode tornar ambígua a ação da ONG, ora financiada por incorporadoras imobiliárias, ora em parceria com o movimento sem teto, é o que a coloca num local privilegiado de diálogo com o Estado, empresas e demais organizações da sociedade civil, como veremos a seguir. Ressalta-se, porém, que o objetivo do TETO não é explicitar os problemas relacionados à moradia e nem, sequer, reivindicar aquilo que está previsto na Constituição Federal brasileira. O TETO se coloca como “resolvedor” dos problemas habitacionais, de onde vem o dinheiro de financiamento ou como se dá a atuação nas periferias é secundário em relação ao que coloca como missão e tenta interferir nas ideias gerais ao considerar que a solução depende de ajuda de fora da “comunidade”.

Ao se tratar do terceiro setor no país, é necessário passar pela figura de Ruth Cardoso. Cardoso coloca como um trunfo do terceiro setor a sua posição estratégica entre Estado e Mercado, visto que isso faria dele um possuidor de autonomia e independência estatal, ao passo que não se submeteria às lógicas lucrativas do mercado (CARDOSO, 1996). Tal crença e incentivo muito têm a ver com sua trajetória como criadora da Comunidade Solidária, entidade responsável pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil e regulamentação das

---

<sup>23</sup> Como foi o caso da postagem de Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST e da Frente Povo Sem Medo. Seu nome estava em destaque naquele ano, devido a sua campanha presidencial pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Br0WT2RAXsS/>>. Acesso em 27 abr. 2019.

mesmas durante o período em que foi a primeira dama do país (1995 - 2002). Quando tomou posse do cargo de presidente, Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e nomeou Luiz Carlos Bresser Pereira como ministro da pasta. Para Bresser, era preciso

reduzir o núcleo do próprio aparelho do Estado. Para isto, entretanto, a arma principal não é apenas a da privatização. Esta é fundamental para transferir para o setor privado as atividades produtivas voltadas para o mercado. Há uma segunda arma, que é a do desenvolvimento das organizações públicas não-estatais, das organizações voltadas para o interesse público, que não visam o lucro nem agem exclusivamente segundo os critérios de mercado. No Brasil é comum pensarmos que as organizações ou são estatais ou são privadas. Na verdade podem também ser públicas mas não-estatais”. (LEITE, 2003, p.2)

Em 1999 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 9.790<sup>24</sup>, chamada lei do Terceiro Setor, que passa então a qualificar as entidades sem fins-lucrativos como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Tal feito “introduz uma nova concepção de esfera pública social, que possibilita firmar parcerias entre Estado e sociedade civil sobre novas bases mais condizentes com as atuais exigências de publicização e eficiência das ações sociais” (CARDOSO, 2002). Com isso, Ruth Cardoso reafirma o ideário de que o terceiro setor é fundamental ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade e da exclusão social. Para ela, essas entidades seriam capazes de mobilizar os recursos humanos e materiais em “soluções inovadoras” e “modos eficazes de resolver problemas” (CARDOSO, 1996). Parece, assim, que o Estado assume liderar, ou pelo menos organizar, o chamado terceiro setor, o que corrobora a análise realizada por Virgínia Fontes (2010) em relação aos aparelhos privados de hegemonia e da forma com que o Estado se faz presente nestes aparelhos quando há interesses de minimizar os conflitos sociais.

Em um quadro comparativo, Leite (2003) expõe algumas das alterações a partir da criação da lei do Terceiro Setor diante da antiga legislação vigente. De modo geral, a lei 9.790 tende a *desburocratizar*<sup>25</sup> o processo de parceria entre terceiro setor e pelo Poder Público. Há, dessa forma, um reconhecimento de uma ampla gama de organizações sem fins lucrativos, das

---

<sup>24</sup> BRASIL. Lei nº 9.790, de 24 de março de 1999. **Da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.** Diário Oficial da União, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2019.

<sup>25</sup> Considerando, aqui, a burocracia em seu sentido pejorativo, como consta no dicionário Aurélio “morosidade ou complicação no desempenho de serviço administrativo, decorrente do poder abusivo da burocracia”.

áreas mais distintas, como aptas a serem uma OSCIP. A lei garante sua qualificação imediata, se munida da documentação correta, concedida pelo Ministério da Justiça, ao invés de tramitar em inúmeros conselhos e demandar documentações de alto custo que levavam muito tempo a serem liberadas. Conseqüentemente, o acesso aos recursos também se torna um procedimento simples através do Termo de Parceria, nova figura jurídica criada com a referida lei. Se antes não estava regulamentado o interesse de fiscalizar o trabalho realizado por essas entidades a partir do financiamento público, com a lei do Terceiro Setor são criados Conselhos de Avaliação para acompanhar o destino do recurso. Assim, a “ênfase do controle se concentra no alcance de resultados” obtidos pela entidade, ao passo que na legislação anterior o foco estava prioritariamente no modo de aplicação dos recursos públicos (LEITE, 2003).

Outra lei que diz respeito ao Terceiro Setor prevê dedução de impostos às empresas que fizerem doações a determinadas instituições. Essas doações podem se dar através de leis de incentivo fiscal, como a Lei do Audiovisual, a Lei de Incentivo ao Esporte e a Lei Rouanet, ou através da dedução direta no imposto de renda ao apoiar projetos que promovam o bem estar, com foco em crianças e adolescentes. Tais considerações são anteriores a lei do Terceiro Setor, como a Lei nº 4.506<sup>26</sup> de 1964, artigo 55º, que prevê a dedução no imposto de renda a partir de contribuições e doações às organizações filantrópicas. Fica evidente, assim, que os aparelhos privados são coordenados e orientados a partir de uma relação direta com o Estado.

Como já foi indicado na fala do então Ministro Bresser Pereira, o incentivo ao terceiro setor caminha em consonância com outras medidas políticas e econômicas, sendo a principal delas a redução da participação do Estado na questão social. Uma forma de apresentar o contexto do Brasil, que acaba por ser solo fértil das iniciativas neoliberais a partir de 1990, é a partir do diagnóstico de alguns autores do CENEDIC (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania), e outros, que corroboram com a reflexão a respeito do desenvolvimento econômico e social das populações.

---

<sup>26</sup> BRASIL. Constituição (1964). Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe Sobre O Impôsto Que Recai Sobre As Rendas e Proventos de Qualquer Natureza**, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4506.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4506.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2020.

### 1.3 CONTEXTO NEOLIBERAL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

A atuação da organização se dá de acordo com a especificidade de cada localidade, não sendo possível descrevê-la de forma universal. Parcerias, patrocinadores, volume de construções e programas sociais desenvolvidos pelo TECHO variam de acordo com o país em questão. Apesar da ênfase aqui se dar ao caso brasileiro, apresentaremos brevemente a atuação do TECHO Chile e Estados Unidos.

Segundo o site oficial da organização<sup>27</sup> algumas das ações realizadas são a construção de moradias emergenciais e definitivas, capacitação profissional e criação de centros infantis de aprendizagem. Além disso, o Chile é o único dos dezoito países que conta com um Centro de Investigação Social (CIS)<sup>28</sup>, que realiza o levantamento de dados a respeito do país e monitora periodicamente o número de favelas (campamentos), o número de habitações sociais (viviendas sociales) e mede ainda a qualidade da acessibilidade dos equipamentos urbanos. Segundo a organização, já foram construídas moradias definitivas para 7.638 famílias. Assim, é possível notar que a consolidação da organização em seu país de nascimento permitiu certa sofisticação em seus métodos de ação, tanto por incidir na política habitacional quanto pela criação de um centro de pesquisa.

Essa sofisticação é notada na precisão de seus três monitores – de favelas, habitações sociais e acessibilidade - que são mapas interativos feitos a partir de imagens captadas via satélite. Neles é possível encontrar informações coletadas pelo próprio CIS sobre o território chileno, separadas por região. No caso do monitor de habitações sociais, são informadas a quantidade de casas construídas, o material utilizado e os sócios da construção. Alguns desses sócios mencionados são empresas mineradoras, como Minera Pelambres e Minera Escondida, e há ocorrência de órgãos que prestam serviço ao governo chileno, como a FAHNEU que fornece os equipamentos de praças públicas e a Corporação Florestal Nacional do Chile (CONAF), organização sem fins lucrativos responsável pela gestão dos recursos naturais do Chile e subordinada ao Ministério da Agricultura.

---

<sup>27</sup> TECHO. **Que hacemos**. Disponível em: <https://www.techo.org/chile/que-hacemos/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

<sup>28</sup> TECHO. **Centro de investigación social**. Disponível em: <https://www.techo.org/chile/centro-de-investigacion-social/>. Acesso em: 06 jan. 2019.

Pensar o financiamento das construções definitivas do Chile se mostra relevante, pois, além de revelar traços da história do próprio país, enuncia uma questão que será tratada mais adiante com o caso brasileiro: a relação enredada que se dá entre ONGs, Estado e empresas privadas.

Em seu livro intitulado “O Neoliberalismo”, David Harvey (2008) apresenta uma definição preliminar do termo dizendo que

o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p.12)

O Chile é colocado, durante a argumentação, como a primeira experiência de neoliberalização em um país, que teve seu início na década de 1970 com o golpe contra o governo de Salvador Allende. O que o golpe previa era reestruturar a economia de acordo com uma nova lógica e suprimir supostos avanços socialistas. Entram em ação os chamados “Chicago Boys”, economistas formados nos Estados Unidos e seguidores de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago e teórico do liberalismo. No que diz respeito às políticas aplicadas,

reverteram as nacionalizações e privatizaram os serviços públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira, etc.) à exploração não regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e comércio mais livre. (HARVEY, 2005, p.18)

Essa reestruturação do Estado tem como consequência uma nova configuração dos serviços públicos e estatais, que são reduzidos em nome de uma gestão feita e dominada por organizações privadas, como é o caso da já mencionada CONAF que gere os recursos naturais do Chile. Para Harvey, o Chile teria sido o laboratório do que viria a ser empregado na Grã-Bretanha por Margareth Thatcher e nos Estados Unidos por Ronald Reagan durante a década de 1980.

Segundo Armand Mattelart (1996), Estados Unidos e Canadá são os países precursores na propagação das ONGs, além de o primeiro possuir relevância política, econômica e cultural em relação aos demais países do mundo. Essa centralidade é notada também no caso do TECHO, visto que a organização não constroi casas nos Estados Unidos, apenas mantém uma sede exclusiva para captação de recursos, criada em 2009. O site da sede do TECHO<sup>29</sup> nos Estados

Unidos coloca em destaque as informações voltadas às doações, com algumas imagens do trabalho da instituição sendo realizada nos países latino-americanos. Nele, o discurso propagado pela ONG de estar construindo o país junto de seus habitantes fica mais frágil, visto que o destino das doações será para um país distante dos Estados Unidos<sup>30</sup>.

Retomando o caso brasileiro, podemos colocar que os processos desenvolvimentistas em curso no país a partir de 1950, associados aos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foram interrompidos. O golpe de 1964 imputa ao país o ideário do progresso e do crescimento econômico sem alterar, portanto, a distribuição de renda e sem direcionar esforços ao social. Assim, as teorias que antes consideravam ser possível a expansão das forças produtivas nacionais em um projeto inclusivo, passam a ser questionadas diante da “modernização conservadora” dos militares. Francisco de Oliveira (1972) se propõe a realizar uma crítica às tradicionais teorias do desenvolvimento que eram feitas até então, para ele caberia ressaltar o que havia de peculiar nesse desenvolvimento que se alimentava do *atraso* do país, como resumido por Fábio Mascaro Querido:

para Francisco de Oliveira, se havia, sim, inegável desenvolvimento econômico no país, até certo ponto impulsionado pela ditadura civil-militar, (...) isso não significava que o país estaria passando por uma revolução burguesa, e sim por uma “progressão das contradições” desde há muito postas e repostas no país. Mais uma vez o *atraso* era retomado como técnica de dominação *moderna* no país. (QUERIDO, 2018, p.3)

A década de 1980 trouxe alguma esperança no desenvolvimento. Com a abertura democrática após vinte anos de vigência da ditadura militar e com a aprovação da Constituição de 1988 marca-se um tempo de esperança com relação a universalização de direitos e ao alargamento do espaço democrático no país. Constituição essa baseada tardiamente nos princípios do Estado de bem estar social, visto que esse já era um modelo que apresentava desgastes e decadência nos países de capitalismo central, que passavam a ser dominados pela era das finanças e da hegemonia neoliberal. Os anos 1990 começaram com o avanço das privatizações e da limitação dos investimentos estatais de longo prazo, levando a “restrição ao

---

<sup>29</sup> TECHO. Disponível em: <<http://us.techo.org/>> Acesso em 28 jan. 2020.

<sup>30</sup> Um estudo realizado por Vijaya Ramachandran e Julie Walz (2012) a respeito da atuação de ONGs no Haiti revelou que 51% delas possuem sedes no Estados Unidos, o que demonstra não apenas uma facilidade de acesso ao país dada a distância geográfica, mas o qualifica enquanto um centro importante de difusão desse modelo de assistência. O conteúdo a respeito das organizações internacionais e suas sedes pelo mundo será melhor trabalhado no Capítulo 3.

crescimento econômico, endividamento crescente, deterioração do mercado de trabalho e fragilização financeira e institucional das políticas sociais.” (CALIXTRE; FAGNANI, 2018, p.328)

Vera da Silva Telles (2001) elabora que o projeto modernizador e os ideais de progresso visavam extinguir a pobreza à medida que o mesmo avançasse. No entanto, o que se notou é que a pobreza não se resolveria, pelo contrário, a persistência dela aparece como uma necessidade do projeto modernizador. Houve, segundo Telles, um esvaziamento crítico das noções de direitos, cidadania e espaço público e o que se tem é a proliferação de uma massa de deslocados, concentrados em campos de confinamento pelo mundo todo e principalmente nas periferias das grandes cidades. A forma com que o Estado prevê beneficiar as pessoas é de acordo com a contribuição que cada um pode dar, por isso os direitos – como garantias durante a velhice e à invalidez, por exemplo - só são acessados mediante a colocação individual no mercado de trabalho. A esse respeito, comenta Aldaíza Sposati (1988),

o vínculo trabalhista, isto é, a forma aparente de inserção do trabalhador no modo de produção, distingue os “cidadãos brasileiros” entre beneficiários e assistidos. Os primeiros legalmente reconhecidos como trabalhadores, têm possível direitos à atenção previdenciária. Aos segundos, tidos por vadios ou desocupados, a assistência social significa possibilidade de alguma ajuda a suas necessidades. (...) Contrariamente à posição assumida nas ações de previdência social, o Estado no âmbito da assistência social, assume a posição “liberal” de respeito às iniciativas da filantropia privada, mais do que isso, estimula-as. (SPOSATI, 1988, p.314)

Essa é uma forma de subverter o mundo público à matriz privada, pela qual os direitos não se universalizam e passam a reproduzir as desigualdades. Às massas de destituídos é relegada a assistência social,

cujo objetivo não é elevar as condições de vida mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria. Esse é o lugar dos não-direitos e da não- cidadania. É o lugar no qual a pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. (TELLES, 2001, p.26)

Já à época, Sposati coloca que o arrocho salarial aproximava os trabalhadores previdenciários dos trabalhadores assistidos, fazendo com que não houvesse mais tantas diferenças entre as condições de vida de cada um. No entanto, essa situação se agravou ainda mais com as mudanças na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), medida provisória<sup>31</sup>

---

aprovada em 2017, e na reforma referente à previdência social via emenda constitucional<sup>32</sup> promulgada em 2019. Para os autores que escreveram no período da redemocratização brasileira, nota-se a universalização dos direitos sendo pautados, ao passo que atualmente as garantias aos trabalhadores são enfraquecidas pelas reformas e o apelo é para que os direitos conquistados, ainda que direcionados aos trabalhadores formais, não deixem de existir completamente.

No que diz respeito à caridade, Telles (2007) afirma que se constrói uma lógica das urgências onde o oferecimento de apoio humanitário diante da pobreza cria um solo fértil à multiplicação dos chamados dispositivos gestionários que tem como pressuposto a *resolução* dos problemas localizados nas periferias, como a exclusão. O território é capaz de condensar a crise e “a tragédia concentra-se nas periferias da cidade”, como coloca a autora em certo momento. Associações, ONGs e agentes da filantropia empresarial, representantes da chamada responsabilidade social, tornam-se gestores do empreendedorismo local. O projeto moderno de superação da pobreza é deixado de lado no ato em que se percebe que ela é parte integrante desse projeto, não podendo ter fim através dele. O que se tem, então, são essas entidades que Telles chama de dispositivos gestionários que, como o nome indica, parecem equipamentos a serem utilizadas com precisão em um local determinado. Tal colocação dialoga diretamente com o que foi colocado por Gohn ao se referir a essas mesmas instituições: “O não constrangimento de burocracias [sobre as ONGs] possibilita que a inovação seja experimentada sem medo. Cada comunidade atendida torna-se um laboratório experimental de interação social.” (GOHN, 2005, p.98)

Nessa perspectiva, as periferias tornam-se laboratório. É possível aproximar o que a literatura apontou ao que foi presenciado no Encontro Internacional Técnicas de Mapeamento e Cidadania<sup>33</sup>, ao qual o TETO foi um dos organizadores e expositores. O tema central do evento eram as experiências realizadas pela chamada “cartografia participativa”, ou mapeamento com participação cidadã. Segundo os expositores, esse tipo de mapeamento seria essencial para

---

<sup>31</sup> BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 18 maio 2020.

<sup>32</sup> BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 18 maio 2020.

<sup>33</sup> Evento realizado na faculdade Uninove (SP) no dia 13 de novembro de 2018.

acrescentar informações aos dados técnicos obtidos, ou seja, os moradores de cada região seriam capazes de fornecer uma visão valiosa a respeito do local em que vivem e isso poderia contribuir com um mapeamento mais preciso. Assim, durante todo o evento foram apresentados casos de mapeamento cidadão e também ressaltada a importância dos aparatos tecnológicos a esse fim.

Um dos recursos apresentados foi o Open Street Map, uma ferramenta colaborativa de mapeamento, baseada nos valores do *software livre*, onde os usuários contribuem com informações a respeito do território de qualquer lugar do mundo. Tal ferramenta foi utilizada em dois assentamentos onde o TETO realiza projetos no estado do Paraná, tendo os voluntários como mediadores dessa experiência. Segundo o expositor, “o morador vê coisas para além do satélite” e a atividade geraria “engajamento comunitário”, visto que mapear sua comunidade pode ser o primeiro passo para o diagnóstico de problemas e planejamento de soluções.

Em São Paulo, outro aparato vem sendo utilizado pelo TETO no mapeamento, o drone. Segundo o expositor é preciso construir um material contra hegemônico a respeito do território, para que os dados e resultados obtidos não fiquem apenas sob o domínio das prefeituras, mas esteja a serviço direto da população. Assim, a partir desse raciocínio, afirma que “o Estado se retira, então a participação cidadã ocupa esse espaço”. Os drones, que são de posse da ONG, estão sendo emprestados a pesquisadores que vêm testando um método de reconhecimento de caixas d’água e reservatórios abertos através de captação de imagens e sinal infravermelho. A ação, colocada como em prol da melhoria da saúde pública uma vez que reconhece possíveis criadouros de mosquito da dengue através da imagem captada, vem sendo testada em locais onde o TETO atua e/ou estabeleceu contato, pois, segundo eles, não serão produzidas imagens aéreas sem permissão dos moradores.

O “laboratório experimental” se faz notar nas práticas da organização que levanta dados e informações dos assentamentos, seja através do mapeamento ou da ECO. Sem a intenção, ou o dever, de aliar essas práticas à política habitacional de longa duração para os assentamentos precários, utilizam tal espaço como teste para novas tecnologias e para obtenção de informações as quais não se pode precisar o destino. Para prosseguir a análise no que diz respeito a racionalidade e a técnica empregada por organizações não governamentais, utilizaremos um artigo de Maria Célia Paoli (2007).

Segundo Paoli, o ideário do progresso estaria baseado em um horror à realidade aliado a uma crença absoluta nas ideias. Tal formulação tem origem nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), onde o autor coloca que a ciência torna-se algo a ser exaltado e incontestado, ao passo que a espontaneidade nacional é negada. Essa concepção acaba por desqualificar saberes tradicionais e tudo aquilo que diz respeito ao dissenso, em virtude de uma técnica milagrosa. Essa desqualificação vai minando aos poucos toda organização de indivíduos que não obedecem a essa técnica e tornam-se assim vulneráveis à repressão e a violência. Por exemplo, caso uma ONG possua um saber a ser aplicado em uma comunidade, sua ação tende a não ser questionada. No entanto, uma movimentação, ou ato organizado de forma autônoma, por essa mesma comunidade, acabaria por ser desencorajado. Para Paoli, há uma negação do espontâneo, da diferença, do conflito e da autonomia, em detrimento do saber especializado dessas organizações “resolvedoras” de problemas. Nessa relação, o Estado tem papel fundamental, pois,

a possibilidade de invenção política e da constituição organizada de reivindicações não é suprimida apenas pela conhecida brutalidade das forças repressivas, mas passa também pelo crivo de sua instrumentalização pelo governo (e por essa via para o mercado), e o critério principal de sucesso governamental é a oportunidade de domesticá-las e inseri-las na própria lógica do fortalecimento governamental. (PAOLI, 2007, p.227)

Ou seja, esse modelo de repressão aos movimentos autônomos ajudaria a moldar a governabilidade esperada pelo poder público e pelo mercado, onde se abafam possíveis revoltas e se oferecem em contrapartida um conjunto de organizações especializadas. As ações dessas ONGs aparecem como uma forma de “caridade privada”, onde se oculta a questão estrutural e a dinâmica e a contradição de classes, para ceder espaço a uma narrativa de estratégia e resolução de problemas que seja localizada sem que as classes sociais sejam visíveis. Fala-se, também, em identidade em detrimento das noções de classe e, assim, as populações são tutoradas por uma organização “especialista”<sup>34</sup>. De forma a aplicar esse conhecimento técnico e especializado, tais organizações seguem um esquema baseado em Identificação do problema → Diagnóstico →

---

<sup>34</sup> Marilena Chauí investiga a construção desse discurso “especialista” no livro “Cultura e Democracia” (1989). Enquanto para Paoli a criação do discurso especializado serve à despolitização e ao desencorajamento da organização popular, para Chauí o conhecimento competente cria uma massa de incompetentes por oposição, fazendo com que o discurso da classe dominante se universalize a fim de obter a identificação de todos sujeitos sociais.

Soluções → Intervenções localizadas. A população atendida por eles é chamada muitas vezes de “beneficiada” e deve reconhecê-los como seus salvadores. Diante do desalento, não parece difícil salvar essas famílias, visto que os próprios padrões de dignidade são rebaixados a fim de que o *pouco* pareça *muito*.

Para melhor demonstrar o aspecto do rebaixamento da dignidade e dos padrões de vida utilizaremos Sônia Leguizamón (2005). Em livro que discute a pobreza na América Latina e Caribe, Leguizamón apresenta os mecanismos de reprodução da pobreza e o nascimento de uma cidadania distorcida, onde apenas as necessidades básicas deverão ser oferecidas aos pobres - deverá lhes ser garantido apenas os “mínimos sociais”, como nomeia a mesma. Em consonância com o avanço neoliberal, as intervenções em prol do desenvolvimento social passaram a visar a “capacidade de autogestão”, o “empoderamento” e o foco sobre o “capital social”. Esse novo humanitarismo não questionava em nenhum momento as origens da desigualdade, tratava-se apenas de individualizar um problema que é coletivo e decorrente da contradição entre capital e trabalho.

Aos que fracassam em uma economia de mercado resta apenas o possível atendimento de suas necessidades básicas. Existiria, segundo a autora, todo um sistema discursivo que se institucionaliza através de organizações como o Banco Mundial e relega aos pobres a atenção *básica* à saúde, a educação *primária*, o saneamento *básico*, etc. A lei dos mínimos baseia-se em uma inevitabilidade da desigualdade e da distribuição da riqueza, e torna-se a forma de ingresso das pessoas ao que é oferecido pelo governo: “Proponen desvincular la protección social de los derechos, llevando la satisfacción de las necesidades a un piso mínimo para los pobres.” (LEGUIZAMÓN, 2005, p.250) Dessa forma, as noções de bem-estar e dos direitos comprometem-se diante da minimização das necessidades e contribuem aos vínculos de tutela entre Estado e cidadãos.

Para pensar a persistência das desigualdades, Leguizamón coloca a questão do trabalho como fundamental, além de retomar também as raízes coloniais e de relações servis que precederam a mercantilização da força de trabalho. Segundo ela, o trabalho assalariado não foi capaz de abranger a maior parte da população, fazendo com que a parcela empregada fosse geralmente branca. Tal evento corrobora à persistência das formas paternalistas, racistas e servis de relações de trabalho diante das populações nativas. Além disso, a reprodução desses grupos

não assalariados depende muitas vezes de redes de solidariedade e da economia informal. A essas populações seria relegada uma cidadania subordinada ou limitada. A essa altura, a ideia da igualdade jurídica entre os sujeitos - tão cara ao liberalismo - começa a se desfazer, uma vez que a mesma está a todo momento tensionada com a desigualdade social histórica reproduzida.

Ao ter contato com o conceito de que os mínimos compõem um sistema discursivo e de ação, uma proposta recente feita pelo então prefeito de São Paulo pelo PSDB, João Dória, pode vir a ilustrar o caso. Dória, que cumpriu seu mandato de 2017 a 2018, fez da antipolítica seu mote na campanha eleitoral pela prefeitura, onde se colocou enquanto um “gestor” e não um político, postura coerente à ideologia que condena a política, o dissenso, em nome de uma neutralidade empresarial e administrativa<sup>35</sup>. A ação da prefeitura consistia em oferecer um complemento alimentar, visando o combate da fome no estado e no país, composto por produtos como legumes, frutas e grãos próximos da data de vencimento<sup>36</sup>. A farinata acabou ficando conhecida popularmente como “ração humana” e foi alvo de muitas críticas, desde a população até os nutricionistas, passando também pelos chefs de cozinha. A prefeitura recuou diante da mobilização das pessoas em demonstrar que uma alimentação de qualidade não era sinônimo de ingestão de alimentos processados, além de ter sido questionada a segurança alimentar desse composto. A saúde, a educação, o saneamento e também a alimentação dos pobres estão sujeitas a serem reduzidas aos mínimos<sup>37</sup>. A garantia do “mínimo social”, de acordo com o pensamento liberal, já seria o suficiente para o ingresso dos indivíduos aos níveis de concorrência e competitividade do mercado, por onde as relações se dariam de forma livre.

Ao longo do capítulo contamos a história do TETO e estabelecemos algumas reflexões a respeito do contexto neoliberal no qual se inserem as organizações não governamentais e em

---

<sup>35</sup> ANDRADE, Daniel. *Dória gestor – ou da inadequação dos critérios da empresa privada para a vida pública*. 2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/doria-gestor-ou-da-inadequacao-dos-criterios-da-empresa-privada-para-a-vida-publica/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

<sup>36</sup> GLOBO, O. *Um mês após defender farinata, Doria desiste de programa e culpa polêmica*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/um-mes-apos-defender-farinata-doria-desiste-de-programa-culpa-polemica-22074618>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

<sup>37</sup> Outra manifestação política desse pensamento foi apresentada em 2017, com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional que congela os gastos públicos por vinte anos. A medida, colocada como necessária para que se garantisse o crescimento econômico do país. Não por acaso, a PEC ficou conhecida popularmente como “PEC do fim do mundo” e “PEC da maldade”. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/05/teto-dos-gastos-publicos-cria-condicoes-para-o-brasil-crescer>> Acesso em: 29 jun. 2019.

como elas tornam-se referência e corpo especializado na resolução de problemas, ainda que não toquem suas causas e façam o mínimo parecer suficiente. O TETO reproduz também a lógica dos “mínimos sociais”? Analisaremos isso no capítulo seguinte, em que o tema central será a questão da moradia.

## **CAPÍTULO 2 - AS CASAS DE EMERGÊNCIA E QUEM AS CONSTRÓI**

### **2.1 OS VOLUNTÁRIOS**

Segundo o Relatório Anual de Atividades do TETO (2017), foram mobilizados 45.176 voluntários no período de 2011 a 2017. Esse número leva em conta os voluntários que participaram das atividades da organização nos estados brasileiros onde possuem sede. A partir da pesquisa que temos realizado é possível afirmar que os voluntários são parte fundamental da ONG, visto que os mesmos são imensa maioria nas atividades realizadas, se comparado ao reduzido quadro de funcionários. São criados mecanismos de “fidelização” dos voluntários antigos, através do oferecimento de preferência nas inscrições para atividades, e também campanhas em universidades e em redes sociais para atração de novos. Durante as atividades é constantemente mencionada a importância dos voluntários, prontos para atuar em nome da ONG. Nesse tópico serão analisados alguns elementos a respeito da prática do voluntariado do TETO, também apresentaremos as questões suscitadas pelas entrevistas realizadas com voluntários e pela própria experiência vivida em campo em uma atividade do TETO.

Retomando duas das autoras já referidas no texto, temos as visões opostas de Ruth Cardoso e Maria da Glória Gohn a respeito do tema em questão. Para a primeira, fomentadora do terceiro setor, a experiência de trabalho voluntário é uma das formas “pelas quais [os] cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para as causas sociais.” (CARDOSO, 1996, p.8) Já para Gohn, o terceiro setor se basearia em “critérios vagos de humanismo liberal, que visa ajudar o próximo, de preferência via trabalho voluntário (...) falam em nome do social e da coisa pública, mas priorizam, na ação concreta, o atendimento emergencial, sem atuar nas causas dos problemas sociais.” (GOHN, 2008, p.92) Ou seja, para a primeira, o voluntariado é uma forma de manifestação da solidariedade intrínseca às pessoas, enquanto para Gohn ele é uma forma de trabalho que convém ao terceiro setor, em seu atendimento paliativo.

Das conversas que tivemos com voluntários do TETO, a motivação para tornar-se um deles está muito alinhada com a dedicação e potencial solidário que propõe Cardoso. Foram

mencionadas, por exemplo, a vontade de conhecer a realidade para além do seu próprio cotidiano, de dar um sentido novo para a vida e de fazer o bem para as pessoas. Esses voluntários com quem conversamos – foram ao todo cinco entrevistas – são todos jovens universitários que conheceram o TETO na faculdade, através de amigos participantes ou mencionado por professores em sala de aula<sup>38</sup>.

Apesar da coincidência de todos entrevistados terem conhecido o TETO na faculdade, o caminho de encontro com a ONG pode ser mais diverso, considerando que as pessoas podem já tê-los visto em campanhas nas ruas ou nas redes sociais, por exemplo, onde possuem presença forte e é comum que nos comentários de suas postagens existam perguntas a respeito de como é possível participar das ações. Como resposta, os mesmos recomendam que se preencha um formulário de participação no site e que se fique atento, pois, as inscrições para as atividades são divulgadas através de seus perfis.

A atividade que mais chama atenção dos voluntários é a construção das casas de emergência e a lista de participações esgota o número de vagas disponíveis em poucos minutos, muitos comentam com pesar ainda não terem sido rápidos o suficiente para realizar a inscrição e participar de uma construção. Além disso, a ONG criou um mecanismo para priorizar a inscrição daqueles voluntários que já participaram de construções anteriores, recebendo o formulário de inscrição com antecedência. É comum que esses voluntários experientes tornem-se líderes de equipe, criando-se, assim, uma forma de hierarquia entre voluntários de acordo com a experiência e com a capacidade de liderança deles. De onde viria o fascínio para participar da concorrida construção? Bianca Freire-Medeiros (2007a), em um estudo a respeito do turismo em favelas, afirma que há uma crescente procura em atividades onde o visitante possa viver de perto a realidade daquele que é visitado. A autora sugere que há uma busca por viver uma experiência autêntica, similar àquela que é vivida por seus moradores, e ainda ter a oportunidade de participar de uma ação conjunta com os mesmos, a chamada “*hands-on experience*.”<sup>39</sup> Talvez,

---

<sup>38</sup> O comentário do professor em sala de aula se deu na mesma universidade em que um voluntário entrevistado relata ser comum ouvir a seguinte brincadeira: “nenhum arquiteto é arquiteto sem ter participado do TETO.” Assim, evidencia-se a expressiva presença do TETO nos ambientes acadêmicos, desde as conversas entre alunos às menções em sala. Apesar do interesse dos alunos de arquitetura no trabalho da organização, não há aprendizado de normas, técnicas construtivas e nem mesmo de projetos arquitetônicos, visto que os materiais utilizados são padronizados e já estão prontos para a montagem.

<sup>39</sup> No Capítulo 3 serão retomados os escritos de Freire-Medeiros (2007) a fim de auxiliar na compreensão das propagandas feitas pelo TETO.

essa seja uma forma preliminar de compreender o grande interesse dos voluntários em participar da construção, em detrimento de outras atividades da ONG, que exijam menos contato com os moradores ou mais dias de engajamento, não apenas alguns finais de semana do ano.

Outra forma de obter prioridade na construção é participar da aplicação da pesquisa socioeconômica do TETO, a chamada Escutando Comunidades (ECO), atividade que acontece no período de um final de semana em que voluntários se deslocam junto da organização para as áreas previamente escolhidas por eles a fim de aplicar a pesquisa de casa em casa. Foi justamente de uma ECO, realizada nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2019, onde pude participar como voluntária<sup>40</sup> da organização. Soube das inscrições para a atividade através da rede social Instagram e rapidamente preenchi o formulário de participação, sendo aceita algumas horas depois. No e-mail que confirmava a participação, também se pedia a contribuição de uma taxa mínima de R\$45,00 e sugerida de R\$60,00 para garantir nosso transporte, alimentação e a camiseta da organização. Aos que não pudessem contribuir, era oferecida a possibilidade de preenchimento de um formulário solicitando a isenção dessa taxa. Todos os participantes deveriam também se responsabilizar por levar itens como colchonete e sacos de dormir, visto que dormiríamos em locais improvisados. Nota-se que a participação não é apenas o oferecimento do trabalho gratuito, mas também a contribuição financeira e material à atividade.

Apenas na chegada ao ponto de encontro combinado, na região de Pinheiros em São Paulo, é que ficávamos sabendo a respeito do local onde aplicaríamos a pesquisa nos próximos dias. Em um grupo de aproximadamente cem voluntários ao todo, metade deles iria para um bairro da Zona Sul (“Comunidade Capadócia”) e a outra parte para um da Zona Leste (“Comunidade Pedra Branca”). Interessante notar que, na composição desse time de voluntários, havia os que estavam lá pela primeira vez e expressavam certa timidez, havia aqueles que reencontravam amigos devido à frequência com que participam das atividades do TETO e

---

<sup>40</sup> Um ano antes, em uma reunião com uma funcionária do TETO no escritório de São Paulo, conversamos a respeito de como poderia se dar a nossa aproximação com a ONG para os fins de pesquisa. Uma pesquisa que tivesse como objeto o próprio fazer da organização foi desencorajado pela funcionária. A condição para fazer a pesquisa era tornar-se voluntária permanente do TETO, oferecendo oficinas de “educação popular e direitos” em uma das comunidades atendidas por eles. Alguns fatores nos fizeram negar o convite, um deles foi o tempo reduzido da pesquisa de mestrado e a possível dificuldade de conciliar as duas atividades. Assim, deve ser evidenciado que não utilizamos de metodologias de imersão (observação participante, pesquisa-ação, etc.) no ambiente da ONG ou dos locais atendidos por ela. Houve apenas a participação em atividades públicas da ONG, ora como ouvinte e ora como voluntária pontual.

também alguns poucos moradores de locais que já foram atendidos pela ONG e são convidados a atuar como voluntários em outras áreas e comunidades, como era o caso da senhora responsável por preparar a alimentação de todos durante a atividade. Na chegada aos locais determinados, todos ficaram hospedados em uma escola pública que aceitou previamente ceder suas instalações ao TETO naquele final de semana.

Existia uma dualidade entre o que se esperava dos voluntários: ao mesmo tempo em que se exigia responsabilidade na aplicação da pesquisa, também havia um clima de euforia entre os envolvidos. Como o voluntariado aparece com menos seriedade do que o trabalho remunerado, havia certa frouxidão em cumprir os horários e em oferecer informações, muitas vezes ficávamos perdidos e realizávamos atividades com atraso devido a desorganização dos voluntários que exerciam liderança sobre os demais. O fato de que muitos dos presentes já se conheciam corroborava ao clima de reencontro e também de oportunidade para fazer novos amigos. O espaço do voluntariado acaba por ser também um meio de socialização, e os vínculos ali estabelecidos não necessariamente tem fim quando o trabalho acaba. No entanto, em outros momentos, a leveza ganhava tons de insalubridade: não havia hora certa para comer, fizemos faxina durante a madrugada, tínhamos pouco tempo de sono e muitas responsabilidades para cumprir. Por exemplo, para acessar água e banheiro era preciso pedir aos moradores que estávamos entrevistando que nos permitissem entrar em sua casa e utilizar suas instalações, visto que não era possível retornar à escola para isso, dada a distância. Outros voluntários relataram experiências ainda mais precárias, como dias em que tiveram apenas duas horas de sono ou que ficaram nove dias sem acesso a banho durante uma Construção. Essas histórias nos fazem pensar que, para entender a solidariedade da forma que a ONG propõe, é preciso de algum sofrimento na experiência e esse sofrimento vivido nem sempre resulta em traumas ou negatividades, mas auxiliam na criação do elo entre os participantes.

Segundo foi informado aos participantes, a pesquisa que faríamos no Jardim Pedra Branca, região de Guaianases, em São Paulo, serviria para atualizar os dados que foram coletados pela ONG em 2015. Das 542 casas que havia na época, a enquete cobriu apenas 150 delas. Antes disso, nos anos de 2011 e 2012, foram construídas 13 casas de emergência na região. Assim, a intenção era a de expandir os conhecimentos sobre aquela área através do

questionário. O questionário é composto por 5 etapas de perguntas: 1) Dados do grupo familiar (renda; escolaridade, etc.); 2) Saúde (doenças que o grupo está/esteve exposto nos últimos 12 meses); 3) Condições de Moradia (material que é feito as paredes e piso, se a casa está suscetível a inundação, etc.); 4) Acesso à terra e à moradia (preço do terreno; casa própria, alugada, emprestada, etc.) e 5) Capacidades comunitárias (sobre engajamento entre vizinhos e disponibilidade de colaboração com o TETO)<sup>41</sup>.

O questionário é apresentado pela organização como mais completo e mais útil do que as pesquisas feitas pelo Estado e, constantemente, acusam o IBGE de nunca ter visitado a região. Esta acusação visa desacreditar as agências de pesquisa como o IBGE, que faz os seus levantamentos censitários de 10 em 10 anos e complementa-os com pesquisas não censitárias. Desse modo, mesmo sem explicitação clara, trata-se de uma forma de colocar-se como alternativa ao próprio Estado sem um embasamento que pudesse auxiliar a formação dos que estavam presentes. Diante disso, os voluntários seriam muito importantes por coletar esses dados que se contrapõem aos oficiais do Estado, tornando possível descobrir novas informações a respeito dessas áreas precárias. Essa é uma forma de estabelecer uma narrativa onde a construção do conhecimento se daria fora do Estado e representaria a realidade, atribuindo a própria organização o papel de analista das regiões periféricas.

Os líderes, geralmente voluntários fixos do TETO, nos orientavam a dizer que as informações recolhidas pelo questionário seriam utilizadas para conhecer a demanda e aumentar as melhorias da região, caso algum morador quisesse saber o propósito daquilo. No entanto, o TETO não possuía planos de construção previstos para aquela área, e deveríamos deixar isso evidente aos moradores que quisessem ter acesso a uma casa de emergência, para não criar “ilusões” - e essa pergunta sobre a construção era, de fato, muito comum de se ouvir enquanto se andava pela região. Ou seja, ao informar que pretendiam aumentar as melhorias da região, dava-se uma falsa informação, já que o objetivo era mesmo conhecer a população e oferecer um atendimento emergencial no momento em que fosse possível, sem explicitar o tipo de atendimento ou a data em que ocorreria.

---

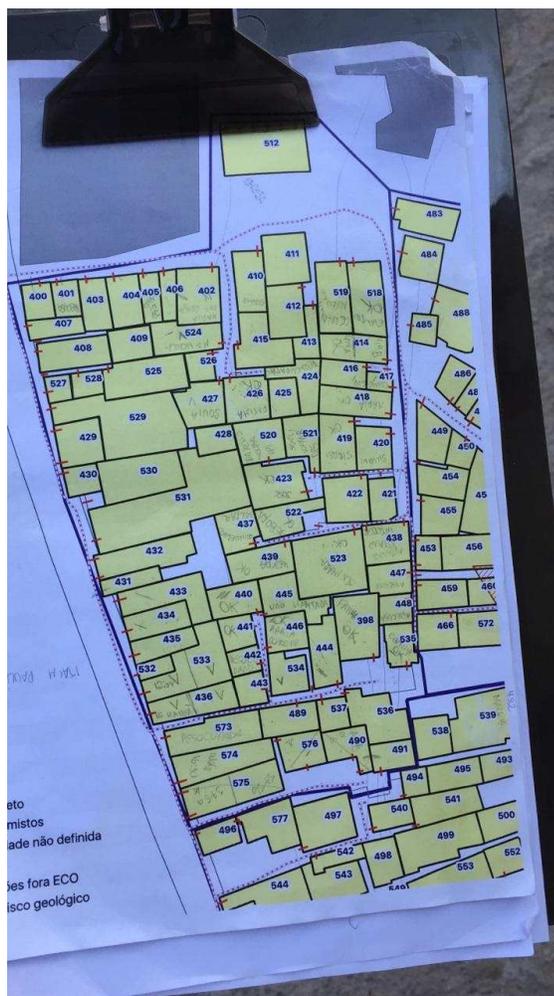
<sup>41</sup> Por ser um documento confidencial da ONG, optamos por não realizar a sua disponibilização na íntegra.

A área total a ser pesquisada foi subdividida em pequenas áreas, e cada grupo de seis voluntários (um voluntário líder e cinco voluntários) era responsável por uma parte desse bairro. Era necessário abranger toda a região nos dois dias de atividade, então era preciso demonstrar agilidade e realizar um bom convencimento dos moradores, para que houvesse o maior número possível de pesquisas respondidas ao final. Todos os voluntários deveriam fazer o *download* do aplicativo do TETO, que possibilitava o acesso à pesquisa, no aparelho de celular de uso pessoal. Segundo eles, se levava muito tempo preenchendo os questionários em papel, por isso a opção de inserção das respostas da pesquisa através do celular era mais eficiente. Cada grupo deveria aplicar um questionário por moradia, havendo como meta de casas a serem visitadas um número de 100 a 150 unidades, fazendo com que fosse mais rápido as incursões em duplas ou individuais pela área, ao invés de se manter junto do grupo de seis pessoas. Um trabalho exaustivo para cumprir as tarefas e não havia, sequer, a possibilidade de analisar os dados obtidos, visto que essa análise poderia se tornar uma formação para os voluntários.

O mapa que era fornecido a cada equipe representava uma visão aérea da região, uma visão de satélite, porém simplificada (Figura 6). No mapa notavam-se vários pequenos quadrados numerados, representando os telhados das moradias, e a partir dessa imagem deveríamos nos guiar pela região. Algumas semanas antes da incursão em campo, uma equipe de funcionários do TETO já havia ido até a região e realizado um voo de *drones* para mapeamento aéreo - a alta tecnologia utilizada para coletar dados contrasta com o precário modelo de moradia construída pelos mesmos. A partir da imagem que o *drone* capturou, produziram o mapa simplificado para os voluntários, que tinham como obrigação acrescentar informações e aumentar a sua precisão. Afinal, o mapa aéreo se enriqueceria com as informações que coletávamos, associando a cada telhado o número correspondente da casa e o nome dos moradores de cada uma delas. Ao final do dia, além das respostas dos questionários, enviávamos as informações:

Casa número **401** (no mapa do TETO), corresponde a casa número **1015** (de acordo com a numeração da rua) e nela vivem **7** moradores.

**Figura 6:** Mapa da área de atuação de um dos grupos.



Fonte: autoria própria.

Algumas semanas depois da aplicação das pesquisas, o TETO retorna e faz uma reunião com os moradores do bairro para apresentar os resultados obtidos, porém, poucos voluntários conseguem comparecer, visto que eles não oferecem transporte, cada interessado em participar deve ir por sua conta. No grupo de Whatsapp com todos participantes da atividade foi enviado o seguinte resultado parcial da pesquisa realizada por nós: 1.370 moradores responderam a pesquisa ao todo, 76% dos entrevistados acima dos 18 anos não completaram o ensino médio e a renda mensal per capita dos moradores é de r\$310,00 reais. Também informaram que 61% dos moradores avalia a pavimentação das ruas como ruins ou péssimas, e 66% possui acesso a água através de torneiras. Essas informações disponibilizadas são genéricas e não permitem identificar os problemas reais da população entrevistada. O aspecto da renda per capita, por exemplo, se

baseia no valor informado por aqueles que possuíam alguma forma de renda no momento da entrevista, ocultando-se, assim, a massa de desempregados presentes no bairro. Uma mensagem resumida como essa parece ser feita com o intuito de divulgação rápida, e não de explicitar o perfil da população.

Como a intenção de viver outra realidade perpassa toda a experiência do voluntariado nas favelas, era esperado que os voluntários não encarassem as dificuldades, vividas nas acomodações ou realizando a pesquisa, com maus olhos. É sempre frisado por parte da equipe que muitos brasileiros vivem em situações precárias diariamente. Os líderes agradeciam a presença dos voluntários por terem abdicado da diversão do final de semana para estar ali, “fazendo a diferença”. A forma como a participação se dá junto a ONG e a população atendida não torna a luta por moradia, por exemplo, uma parte de suas vidas. Isso demonstra a participação fundamental do TETO na produção de um imaginário em que os jovens voluntários são capazes de transformar o mundo através daquele trabalho, porém o “mundo” é aquele circunscrito à atuação pontual e provisória da organização. O engajamento e a participação são marcados pelas idas até lá, pelas visitas aos finais de semana com ação prevista. Existe responsabilidade em ser voluntário de uma instituição, falar em seu nome e atuar em suas atividades, porém o ser voluntário cria um “cargo” que o distancia da realidade vivida, tornado possível entrar e sair daquele outro mundo, sem comprometer-se de fato com ele.

Além da Construção e da ECO, outra atividade do TETO que demanda voluntários é a arrecadação de recursos para a instituição e ela se dá de duas formas: através do evento anual da Coleta e da campanha anual de Embaixadores. A Coleta é o evento em que os voluntários vão até os cruzamentos mais movimentados da cidade a fim de arrecadar dinheiro. O grupo permanece com faixas e cartazes, conversando com pedestres e com os motoristas que param no semáforo, apresentando a instituição e os incentivando a doar<sup>42</sup>.

Em entrevista, uma voluntária da instituição contou a respeito da situação vivida com o TETO que mais havia sido marcante para ela, situação essa que aconteceu durante uma Coleta.

---

<sup>42</sup> Para os que transitam parece uma forma de catarse coletiva, pois, quando os semáforos fecham, as bandeiras da organização são estendidas na faixa de pedestres e um grupo cerca os motoristas para arrecadar dinheiro, como afirmou uma transeunte em entrevista.

Ela e seu grupo chegaram a uma avenida movimentada da cidade e notaram que não apenas o TETO estaria presente nos semáforos: eles teriam de dividir o espaço com os sujeitos, em situação de rua ou não, que conseguem seu sustento através da presença nos cruzamentos da cidade, pedindo dinheiro ou vendendo produtos aos pedestres e motoristas. Dada a convivência imposta entre os grupos, a voluntária relata que foi possível apresentar o trabalho do TETO para os ambulantes e pedintes que conheceu e, ao final do dia, os mesmos também colaboraram com a arrecadação do TETO – mesmo tendo ganhado pouco, e sendo aquele o dinheiro de sua sobrevivência. Segundo ela, a doação ocorreu porque eles sabem como é não ter casa, então decidiram ajudar na construção de moradias pelo TETO. Para a voluntária, o que se destaca ali é a solidariedade, o ímpeto de ajudar ao próximo mesmo tendo pouco a oferecer. Porém, é preciso evidenciar que a campanha feita nas ruas apresenta a organização de forma rápida e simplificada, utilizando cartazes e frases de efeito<sup>43</sup>, os doadores podem não ter tido a dimensão de que se trata de construções temporárias. Não está sendo pautado o direito à moradia para todos, mas o enaltecimento da prática de uma instituição que se apresenta como solução.

A ideia de que a experiência, relatada por vários voluntários, propiciada pelas atividades do TETO os faz conhecer o mundo, os faz se aproximar da realidade, nos parece o modo pelo qual se criam as condições internas para difundir a ideia de que os aparelhos privados sejam vistos como solução dos problemas sociais. É preciso lembrar que, segundo Berríos, o capelão fundador da ONG, a *Un Techo Para Chile* nasce justamente com o intuito de jovens universitários com boas condições financeiras se aproximarem dos que vivem de forma precária e sem as mesmas oportunidades. A sensibilização para a desigualdade parece perpassar todos os entrevistados que, talvez, sem o TETO, não teriam espaço em sua vida para convívio e tolerância ao diferente. Sendo assim, não há dúvidas de que a nível individual haja entrega e sensibilização dos jovens voluntários, porém, é através de qual narrativa que os mesmos enxergam o mundo e os potenciais de mudança? Da forma que a ONG lhes ensina e estimula a enxergar.

---

<sup>43</sup> Algumas frases presentes em cartazes: “Conheça a realidade bem perto de você e ajude a transformá-la”, “Qual a distância entre você e a pobreza?”, “Desigualdade social: vamos juntos mudar a realidade” e “Por uma cidade de todos”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/TETObra/photos>> Acesso em: 29 jun. 2020.

**Figura 7:** Coleta 2018, TETO – Minas Gerais.



Fonte: Redes sociais da instituição<sup>44</sup>.

Outra atividade em que os voluntários são também captadores de recurso é a campanha de Embaixadores do TETO. Considerando a edição de 2019<sup>45</sup>, a campanha se deu da seguinte forma: sete voluntários de cada um dos cinco estados onde o TETO atua (Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo) possuía uma meta financeira a ser alcançada. No entanto, todo o dinheiro arrecadado poderia ser recolhido ao final da campanha, ainda que a meta não tivesse sido atingida em seu valor total. Visto que a campanha era feita via financiamento coletivo, o chamado *crowdfunding*, é comum que se ofereça recompensas de acordo com o valor doado, quanto maior a doação, melhor a recompensa. A recompensa oferecida pelo valor mais baixo era a menção de agradecimento ao doador, já a correspondente à doação mais alta era um vale-participação para uma construção do TETO.

A meta financeira prevista variava de acordo com cada estado, por exemplo, a meta de arrecadação em São Paulo era de 30 mil reais, enquanto a do Paraná era de 16 mil reais. O anúncio feito pelos embaixadores não mencionava o valor a ser arrecadado, mas enunciava a

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/TETObra/photos>> Acesso em: 25 jun. 2020. Apesar de conter no cartaz a frase “Promovemos a igualdade de direitos sociais”, não fazem menção em seus documentos, ou atuam, para garantir os direitos constitucionais.

<sup>45</sup> O TETO costuma utilizar o site Catarse de financiamento coletivo não apenas para campanhas de Embaixadores, mas diversas arrecadações pontuais em torno de determinada causa. Dada a determinação do isolamento social, foi realizada no ano de 2020 uma campanha intitulada “Por uma quarentena mais justa”, que visava ajudar moradores de favela na prevenção ao contágio pelo COVID-19. Essa e outras campanhas constam no site Catarse. Disponível em: <<https://www.catarse.me/users/1061279-teto-brasil>> Acesso em: 25 jun. 2020.

quantidade de casas que poderia ser construída com esse dinheiro: “O Pedro quer levantar 21 casas na Bahia. Apoie!”<sup>46</sup> Essas práticas de voluntariado em que o indivíduo torna-se um captador de recursos para a instituição é uma forma do TETO alcançar novos doadores, que não os conheceriam nos modos tradicionais de propaganda realizada por eles, além de ampliar a possibilidade de possuírem novos difusores de suas ideias. No caso dos Embaixadores, o dever dos voluntários é mobilizar o meio em que convivem para adquirir as doações. Caso sejam pessoas influentes, com contato direto a empresários, por exemplo, ou com um número grande de seguidores nas redes sociais, podem arrecadar um valor correspondente à influência e poder que sua figura atrai. No caso da Coleta, ainda, o doador não precisava se informar detalhadamente sobre a ONG, sobre os possíveis prós e contras de sua doação. A quantia de dinheiro é ofertada durante os poucos segundos que se para diante de um semáforo. O público alcançado com tais ações potencializa a difusão do nome do TETO.

Cargos como esse, de captadores de recursos, costumam ser comuns em organizações não governamentais, visto que o financiamento das mesmas costuma ser feito por doações de pessoas físicas e jurídicas. No entanto, o TETO parece avançar nesse aspecto a partir da criação dessas campanhas anuais em que voluntários trabalham de forma não remunerada na captação de recursos para a organização. Os recursos advindos das campanhas são acrescentados ao montante de doações fixas ou pontuais que a organização já recebe, porém não há gasto com mão de obra e divulgação realizada, dada a não necessidade de pagamento dos voluntários responsáveis por promover a captação de recursos.

É possível notar que o TETO mobiliza de forma ímpar seus voluntários, visto que todos que entrevistamos, ou conhecemos em atividades, demonstram gratidão por fazer parte das ações. Considerando também a forte concorrência para participar das construções, é possível afirmar que eles tenham mais voluntários interessados em participar do que vagas disponíveis para atuação de fato. Paoli (2007) faz um apontamento interessante a respeito da mobilização que uma ONG é capaz de fazer. De acordo com a autora, as ONGs

operam pela absorção direta das experiências populares da ação organizada em seu próprio âmbito: traduzem-na numa linguagem que permite sua enunciação estratégica e

---

<sup>46</sup>Campanha Embaixadores 2019. TETO Brasil. Disponível em: [https://www.catarse.me/embaixadorlomanto?ref=user\\_contributed&project\\_id=92947&project\\_user\\_id=1061279](https://www.catarse.me/embaixadorlomanto?ref=user_contributed&project_id=92947&project_user_id=1061279)> Acesso em: 25 jun. 2019.

solução, “ensinam cidadania” e modos de obtê-la, desenham os caminhos a serem percorridos, mapeiam o que pode ser demandado. (PAOLI, 2007, p.231-232)

Assim, as organizações privadas, muitas vezes, tomam para si os métodos de ação dos movimentos sociais organizados. Seja através do uso de palavras de ordem, como “trabalho de base”, ou da apropriação das práticas de construção coletiva como a dos mutirões, que trataremos em seguida. Não obstante, essas organizações também seriam capazes de ensinar aos atendidos por ela como as ações devem ser feitas. Ensinam a sua visão do que é cidadania, do que é acesso aos direitos, e assim criam uma narrativa controlada e restrita do mundo social, onde não há política, mobilizações permanentes ou conflitos. Deslocam as lutas sociais por direitos para as atividades próprias e especializadas de cada ONG, deslocam as lutas sociais para atendimento individual traduzido como auxílio e não como direitos. Fazem a crítica ao Estado e se colocam como alternativa possível de atendimento das demandas sociais. Tais apontamentos corroboram a interpretação da ONG TETO como um aparelho privado de hegemonia, que é capaz de produzir e disseminar junto a sua base de apoio que as ações da organização transformam o mundo e a vida das pessoas. Existe essa função pedagógica daquilo que propagam, expressa em uma intenção formativa da visão de mundo dos voluntários e da população que é atendida por eles.

## **2.2 MUTIRÃO E AUTOCONSTRUÇÃO**

Lucio Kowarick (1979) elabora uma reconstrução territorial da cidade de São Paulo colocando as relações de trabalho enquanto centrais ao entendimento da produção espacial capitalista, desde o início da industrialização em 1930. À época era comum a existência das vilas operárias, onde a moradia dos trabalhadores muitas vezes se confundia com a fábrica, dada a proximidade e concentração na área. No entanto, a partir de 1970, com o espalhamento da indústria pela cidade, passaram a se resguardar as áreas centrais próximas das primeiras fábricas para a valorização e ofertavam-se áreas longínquas para a classe trabalhadora.

Esse processo de expulsão dos pobres do centro em nome dos investimentos privados e da especulação se fez sem que os mesmos tivessem forma de autodefesa. O que demonstra,

segundo Kowarick, a incapacidade estatal de gerir a ocupação do solo, ao passo que esta beneficia grupos privados e a obtenção de lucros, em detrimento dos ideais de habitabilidade e cidadania dos trabalhadores. Considerava-se que esse era o preço a se pagar pelo progresso, pois,

para levar a cabo um modelo de crescimento que acirrou a deterioração dos níveis de vida, tornou-se necessário desarticular e reprimir as iniciativas dos múltiplos e numerosos grupos que foram alijados dos benefícios do desenvolvimento. (KOWARICK, 1979, p.26)

A periferia, então, aparece como solução aos trabalhadores, em uma circunstância de incisiva articulação entre Estado, capital industrial e imobiliário sobre as áreas centrais. Tanto as localizações como a oferta de infraestrutura e serviços públicos impõe um preço à terra, e o preço define e limita o poder aquisitivo da camada que irá habitar aquela região. A cada melhoria de infraestrutura em área urbana, o preço se altera<sup>47</sup>. Dessa forma, aqueles que residem de aluguel em um bairro onde se construiu um centro de saúde ou escola, por exemplo, sofrem com o aumento do preço do aluguel em seguida. Sem poder arcar com esse custo, devem buscar outro lugar para morar, “reproduz-se assim um padrão de periferação que aumenta enormemente os assim denominados custos de urbanização, pois sempre são geradas novas áreas longínquas e rarefeitas de população que deverão ser – algum dia – providas com o mínimo de serviço.” (KOWARICK, 2009, p.28)

Uma vez acessada essa terra, em área longínqua, a responsabilidade de construir a moradia recai sobre a própria família. Para alguns, contratar a mão de obra especializada para construção de uma casa parece algo trivial, visto que é necessário um manejo de técnica e materiais para realizar tal feito. Para outros, a autoconstrução era a regra e ocorria de forma coletiva, em bairros e casas onde era comum se receber auxílio de amigos e familiares para assentar a laje ou erguer o muro nos seus momentos de folga. A autoconstrução torna-se prática comum no país, e é preciso pensá-la como forma de produção vantajosa ao poder público e patrões, ao passo que é onerosa ao trabalhador. Para compreendermos melhor essa dimensão da autoconstrução, Arlete Moysés Rodrigues (1988) apresenta um ponto fundamental para a interpretação do processo de construção das cidades, a dinâmica de classes:

---

<sup>47</sup> Por não ser nosso objeto de pesquisa, não entraremos diretamente nas questões relacionadas à renda da terra, apesar de reconhecer sua importância fundamental para compreensão do espaço urbano.

as características das edificações dependerão - assim como o tamanho dos lotes e o próprio loteamento, como já foi dito - da capacidade de pagar dos moradores. As diferentes características mostram a diversidade do processo de “construção” da casa e da cidade. Mostram as classes sociais na cidade e da cidade. (RODRIGUES, 1988, p.29)

O salário mínimo, que deveria suprir os gastos necessários do trabalhador com alimentação, vestuário e habitação, não é capaz de suprir a parcela de compra de um imóvel, haja vista que o cálculo se baseia no valor da moradia por dia trabalhado. É preciso então que o indivíduo trabalhe mais tempo para cumprir a necessidade básica do morar: a autoconstrução é uma espécie de hora extra. Assim, o tempo de descanso torna-se tempo de trabalho, e à medida que mais pessoas se tornam proprietárias de sua casa através do sobretrabalho, menos a habitação entra no cálculo do salário mínimo. Como aponta Rodrigues,

há um alongamento na jornada de trabalho que repercute na acumulação do capital, já que permite pagar salários mais baixos e ao mesmo tempo desgasta rapidamente a capacidade produtiva da força de trabalho, sem o mínimo descanso necessário (...) Produz-se a casa e a cidade neste processo cotidiano. (RODRIGUES, 1988, p.32)

Colocada a problemática da autoconstrução e da formação das periferias pauperizadas das grandes cidades, podemos pensar a respeito da atuação do TETO nesses mesmos locais, afinal elas abrigam seu público-alvo para atendimento. Manteremos o foco sobre a construção das casas de emergência, visto que essa é a sua principal atividade no país. Há registros de construção de fossas ecológicas, hortas comunitárias e projetos educacionais, no entanto, eles não serão levados em consideração por nós nesse primeiro momento.

Em uma “Oficina de Trabalho de Campo”<sup>48</sup> realizada pela organização, fomos apresentados aos métodos de identificação de comunidades a serem recebidas por eles. Em alguns casos, a própria comunidade se organiza e busca contato, em outros a prefeitura os aciona para atuar, como nos foi informado por funcionários. Outra forma de buscar os assentamentos diz respeito às análises de imagens via satélite, como as oferecidas pelo Google Earth. Ali procuram as quebras de continuidade no padrão de urbanização da cidade e encontram as ocupações. Ruas estreitas, não asfaltadas e edificações próximas de rios ou matas podem ser indicativos de locais a serem atendidos pelo TETO.

---

<sup>48</sup> Atividade realizada no dia 22 de julho de 2017 na Escola Professora Nurimar Martins Hiar, no distrito do Itaim Paulista, Zona Leste de São Paulo. A convocação de voluntários para essa oficina se deu através das redes sociais da instituição e nesse dia não houve contato dos voluntários com a população atendida, apenas rodas de conversa e dinâmicas a respeito da própria ONG.

Esse atendimento da ONG pode ser feito de forma pontual e de forma contínua. Nos locais onde atuam de forma pontual costumam realizar um diagnóstico através dos questionários da ECO e optam por construir casas às famílias que mais precisam, casas com gestantes e idosos costumam ter prioridade, por exemplo. Nos locais onde atuam de forma contínua, são desenvolvidas atividades para além da construção, como encontros semanais ou quinzenais entre comunidade e voluntários fixos, oficinas de formação e educação popular.

O TETO fornece em seu site oficial um mapa com as informações dos locais onde atuaram no período de 2007 a 2016<sup>49</sup>. Abaixo, apresentaremos o mapa dos pontos de atuação do TETO sobreposto ao mapa das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de São Paulo, que se encontra anexo ao Projeto de Lei 688/13<sup>50</sup> e foi disponibilizado no ano de 2015. No mapa feito pela prefeitura de São Paulo estão separadas por cores cada uma das cinco Zonas Especiais de Interesse Social. Cada uma das ZEIS se caracteriza por um tipo de imóvel ou área predominante e por um tipo de melhorias a serem implantadas pelo poder público. Em sua definição consta:

as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território destinadas prioritariamente, à garantia de moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas habitações de interesse social (HIS) dotadas de boa oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, áreas verdes e comércios locais, entre outros atributos. (PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2013)

Do mapa do TETO utilizamos os locais de atuação permanentes e pontuais, representados pelos pontos verde e amarelo, respectivamente. É possível notar, a partir da sobreposição dos mapas (Figura 8), que a ação do TETO parece coincidir com as ZEIS 1, que são áreas caracterizadas

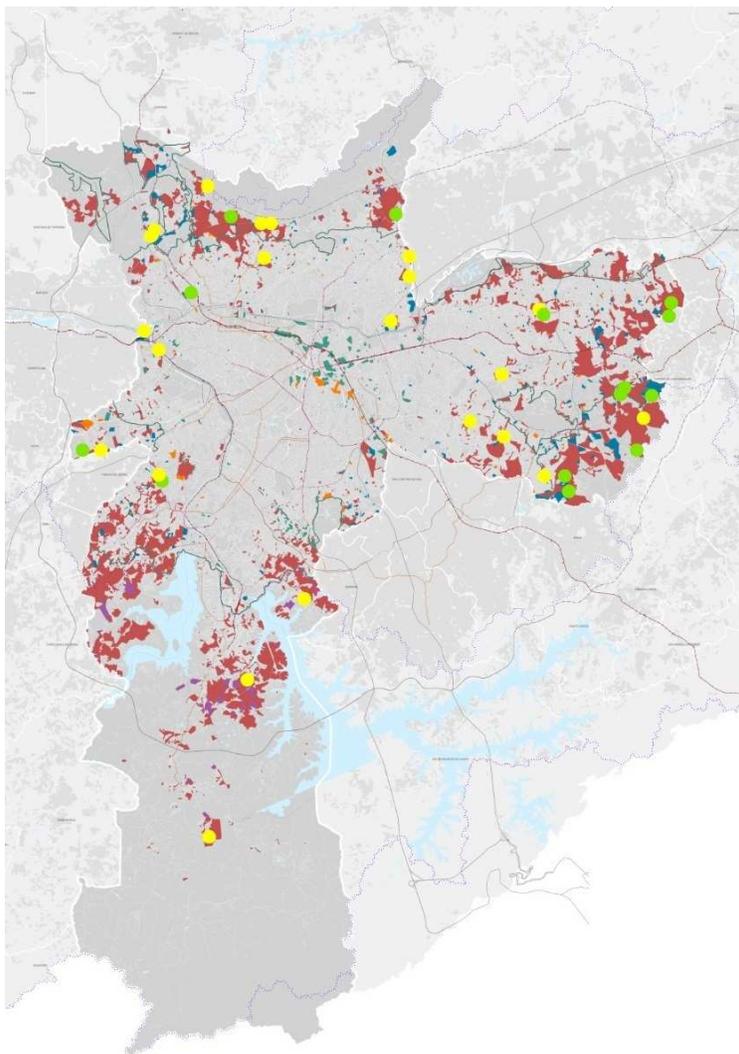
pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, ocupadas por população de baixa renda, onde haja interesse público em promover a melhoria urbanística, recuperação ambiental, regularização fundiária, produção e manutenção de habitação de interesse social com provisão de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, espaços públicos, comércio, serviços e atividades produtivas de caráter local. (PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2013)

---

<sup>49</sup> TETO Brasil. Onde estamos. Disponível em: <<https://www.techo.org/brasil/onde-estamos/>> Acesso em: 19 jun. 2020.

<sup>50</sup> PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei nº 688, 2013. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projeto-de-lei-com-links/>> Acesso em: 19 jun. 2020.

**Figura 8:** Mapa das ZEIS com intervenção de sobreposição.



Fonte: Elaboração própria<sup>51</sup>.

Assim, é possível inferir que a escolha do local de atuação leva em conta a situação da área de acordo com o plano diretor, para se realizar a salvaguarda do município àquelas áreas. Assentamentos onde há conflito com proprietários dificilmente receberão as construções do TETO, sendo a preferência por áreas públicas que dificilmente sofrerão algum processo de remoção. Desse modo, o pensamento propagado pelos mesmos de que “a ONG está onde mais se

---

<sup>51</sup> O mapa das ZEIS da forma como é apresentado pela prefeitura de São Paulo está disponível em: <[https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/140424\\_PDE/Mapa04\\_ZEIS.pdf](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/140424_PDE/Mapa04_ZEIS.pdf)> Acesso em: 19 jun. 2020.

precisa” pode ser errôneo, dado que as ações não visam o amparo e a garantia de moradia em locais conflituosos, o que se faz é uma ação cautelosa de escolha de áreas em vias de facilitar que o trabalho seja realizado de forma rotineira. Ou seja, sem enfrentamentos ou mobilizações populares, apenas havendo a chegada das equipes aos finais de semana para viabilizar os mutirões de construção<sup>52</sup>.

A construção é feita em forma de mutirão, entre voluntários e os indivíduos que receberão a casa. Em um relato de um voluntário descobrimos um pouco mais a respeito dos materiais utilizados e das demandas da construção:

*“A casa é toda de madeira, fica elevada com os pilotis. Tanto a viga, o piso e os painéis são de madeira, a telha não. A telha era de zinco, agora é de polietileno se não me engano, talvez eu esteja confundindo. E tem uma manta térmica também. Por ser uma casa de madeira, a casa é fria, acaba ficando frestas que dá pra entrar um arzinho gelado ou outro, com as portas e janelas que não dá pra ter um fechamento exato assim. Mas as casas realmente duram bastante, elas ficam elevadas do solo, o que é muito bom, porque muitas vezes não é concreto embaixo, é terra mesmo. E muitas comunidades têm risco de alagamento, então isso é essencial. É bem legal isso porque a intenção do TETO é capacitar os moradores, então a construção é feita em conjunto com os moradores. Eles participam e colocam a mão na massa mesmo e constroem junto com a gente, porque a nossa intenção é que eles saibam fazer qualquer tipo de reparo, ou mesmo levantar a casa de novo, um outro tipo de casa em outro contexto, enfim, realmente dá pra aprender muito com esse processo. E o TETO ele tem muitas pessoas trabalhando nisso: a gente tem os voluntários, a gente tem os líderes de construção (que são dois líderes por equipe), que tão lá para guiar os voluntários durante os dois dias de construção de uma casa. Claro que a gente tá sempre aprendendo, mas a gente tá lá pra guiar essa construção, gerenciar o tempo. Muitas vezes a gente tem esse conhecimento de “mais tempo”, mas não significa que os voluntários não entendam tão bem quanto a gente. Ai a gente tem os monitores, que são as*

---

<sup>52</sup> Um adendo a ser feito a respeito da sobreposição de mapas é que, o mapa do TETO abrange toda Região Metropolitana de São Paulo, enquanto o das ZEIS diz respeito apenas ao município. Sendo assim, a presente análise levou em conta apenas ações do TETO realizadas na cidade de São Paulo, que são poucas quando comparadas às ações realizadas em toda a Região Metropolitana. Sua atuação é majoritariamente periférica e concentrada em locais como Carapicuíba, Guarulhos e em municípios da Zona Leste como Guaianases.

*peessoas que ficam passando nas casas durante a construção com o intuito de ajudar a gente com a parte técnica. Então assim, se o líder precisar sair do cronograma, sair do que tá planejado no manual em termos de métodos construtivos, a gente tem que consultar com os monitores primeiro. E a gente tem que informar qualquer problema técnico que venha a acontecer ali durante a construção pra eles. Os monitores tão ali pra isso. (...) A gente tem os chefes de escola também, que são responsáveis por arrumar o lugar onde a gente vai dormir, entrar em contato e conhecer todas essas famílias, se aproximar de todas as famílias, fazer com que todos os líderes, voluntários e acompanhantes se aproximem também dessas famílias. São os chefes de escola que fazem a formação com a gente também, então não é só a construção, a gente tem atividades que servem pra fazer a gente entender por que tá ali, que situação levou a necessidade do TETO existir, do TETO construir uma casa junto com os moradores. Discussões sobre pobreza, o que é pobreza no Brasil. Discussão sobre favela, sobre nosso papel na sociedade, então esse é o papel dos chefes de escola. A gente tem os intendentos também, são as pessoas que ficam na escola onde a gente dorme, responsáveis por cuidar da nossa comida e cuidar com carinho daquele espaço que não pertence a gente. Limpar a sala e os banheiros e cuidar daquele lugar. Têm os comunicadores, as pessoas que vão registrar o evento durante a atividade...”*

No relato é explicitada a parte organizacional da ONG nos dias em que realizam a construção e toda a estrutura material e comunitária que é demandada no processo. Dele destacamos a ideia de “colocar a mão na massa” junto com os moradores, para pensarmos a dinâmica do mutirão e da já mencionada autoconstrução. Francisco de Oliveira foi um dos autores a fazer a crítica à autoconstrução como saída do problema habitacional em seu artigo chamado “O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil” (2006). Oliveira aponta que o número alto de casas própria - na região de Santos e Cubatão, onde realizou pesquisa - acaba por camuflar o fato de que a maioria dessas casas foi autoconstruída, contribuindo ao rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho. A crítica à autoconstrução, ao envolvimento comunitário na construção das casas por mutirão, não recai sobre aqueles que a realizam, mas sim à generalização dessa solução. Segundo Oliveira, o mutirão baseia-se no critério de exclusão, por estabelecer critérios entre aqueles que mais precisam e ao tomar o tempo livre daqueles que diariamente já vendem a sua força de trabalho.

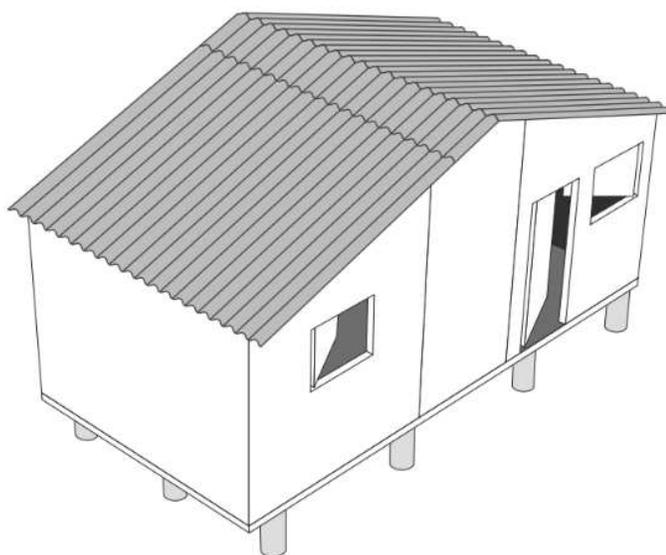
Ainda que o autor não se refira aos mutirões feitos por ONGs, é possível aproximá-lo do nosso estudo, visto que as construções demandam esforço e tempo livre de voluntários e comunidade, além de selecionarem para receber a casa os mais necessitados em uma área onde todos vivem de forma precária.

A preocupação de Oliveira é a de que o mutirão e a autoconstrução se naturalizem, ou pior: tornem-se política pública governamental para resolver a questão habitacional. Afinal, não seria justo que o custo e realização da moradia penalizasse o próprio trabalhador, e ao capital não coubesse arcar com esses custos. Tal concepção foi frequentemente criticada, principalmente por aqueles intelectuais que, de alguma forma, estavam próximos de ONGs e movimentos populares de moradia. Para eles, o mutirão produziria engajamento comunitário de uma experiência que evoca um passado de luta dessas populações. O autor responde a esses apontamentos com o argumento de que o mutirão *funcionaliza a pobreza*, ou seja, a torna possível de ser usada em um momento e abandonada logo em seguida, visto que esse engajamento produzido seria ilusório, e duraria o tempo de construção da casa apenas. Depois, seria esquecida e perder-se-ia a coesão comunitária obtida.

Tal argumento já estava também no livro *Raízes do Brasil* (1936), porém relacionado ao mutirão rural. Sérgio Buarque de Holanda coloca que os mutirões não se concretizam enquanto ações políticas disciplinadas e organizadas, mas apenas se fazem na expectativa do auxílio recíproco e das festividades a ele relacionadas, pois, esses indivíduos teriam mais amor à “caninha” do que ao trabalho. Ou seja, o elemento festivo era mais apreciado do que o fazer político que o mutirão pudesse proporcionar. A atuação do TETO parece aproximar-se mais da ideia defendida por Oliveira, de que há uma funcionalização da pobreza sem que se tenha em nenhum momento a projeção de uma resolução definitiva, pelo contrário, o auxílio é apenas pontual e com tempo de duração limitado.

## 2.3 A CONSTRUÇÃO DE CASAS PELO TETO

**Figura 9:** Representação da casa de emergência construída pelo TETO.



Fonte: Embaixadores do TETO, 2019. Catarse.

No capítulo anterior mencionamos a arrecadação financeira da ONG, agora vamos apresentar as despesas, baseada no Relatório Anual de Atividades de 2015. Segundo o documento, 44% das despesas são com materiais e ferramentas, 28% é gasto em remunerações de funcionários, 9% em despesas administrativas e o restante está dividido entre transporte, serviços e insumos. Em dinheiro, o gasto com materiais e ferramentas chega a R\$1.674.831,00, de um total de despesas de R\$3.806.435,00. O número de casas de emergência construídas naquele ano foi de 447 unidades, segundo o mesmo relatório. Não obtivemos informação do preço de uma casa de emergência, mas acreditamos que parte dele está contido nas despesas com materiais e ferramentas. Segundo a organização, a casa de emergência é um modelo pré-fabricado de 18m<sup>2</sup> e costuma demandar dois dias para sua construção, com contribuição massiva de voluntários e comunidade. Conforme relato de voluntários, os moradores das casas que serão construídas também contribuem com seu pagamento:

*“Os moradores eles pagam sim. Eles pagam, eu acho, R\$200 reais para o TETO pra construção da casa e os moradores são escolhidos através desses eventos como a ECO. E eles pagam essa*

*quantia também porque o TETO tem que garantir o material para todas as casas, então é uma forma de garantir que o morador não vai desistir. Ele também não pode vender a casa, a gente não pode construir com a intenção de que ele possa vender a casa pra outra pessoa, existe um contrato. Os moradores também recebem um certificado demonstrando que a casa pertence a eles, eles são os donos.”*

Para pensar os sentidos desse pertencimento à moradia, que é mencionado no relato, Kowarick pode ajudar. A casa - ainda que autoconstruída - representaria segurança e afastamento daquilo que é desordeiro, como era o caso da “promiscuidade” associada aos cortiços no passado. Assim, a moradia tomaria não só a importância de abrigar, mas também de aparecer enquanto conquista de um trabalhador espoliado. Em uma elaboração a respeito da cidadania, Kowarick opõe a vivência no espaço privado (casa), ao que é vivido no espaço público. Segundo o autor, seríamos todos *cidadão-privado*, “impregnados pela moralidade que caracteriza a ética do mundo da casa – porque no espaço públicos somos rigorosamente subcidadãos.” (KOWARICK, 2009, p.114) Essa elaboração se baseia tanto em Roberto da Matta, em sua produção que opõe a casa (segurança) à rua (risco), quanto de Sérgio Buarque de Holanda a respeito da cordialidade que media as relações no público, “cuja fundamentação longe de se estruturar em regras explícitas e universais, baseia-se em critérios de inclusão e exclusão de direitos e deveres marcados pelo favoritismo e, portanto, pelo arbítrio e violência.” (KOWARICK, 2009, p.115) Dada a incapacidade do Estado de oferecer à população o acesso aos direitos sociais, o cidadão encontra-se privado do espaço público. No público prevalece a arrogância e o privilégio, enquanto resta ao cidadão-privado o local de confiança, que é a sua moradia e vizinhança. Assim, a moradia é o *mundo* do cidadão-privado.

Dada a importância do pertencimento a moradia, como último recurso daqueles que não exercem a cidadania no espaço público, devemos pensar no pertencimento jurídico a essa edificação. O certificado oferecido pelo TETO que garante a posse da casa de emergência construída por eles parece ter mais valor simbólico do que prático, visto que a posse é da casa e não da terra onde se edifica. Desse modo, mantém-se a fragilidade de uma ocupação pela necessidade de moradia, fora das regras do mercado de habitação, sem nenhuma garantia de permanência. O trabalho de assessoria jurídica da organização, segundo a própria, atua tanto como mediadora de conflitos internos nas comunidades, quanto em negociações com o dono da

área ocupada. Quando perguntamos ao voluntário a quem pertence a terra da comunidade onde atua recebemos o seguinte relato:

*“A construção é chamada de construção emergencial e por isso ela é feita de madeira que é um material que pode ser desmontado, justamente porque a gente não constrói em áreas públicas e legalizadas, grande parte são em propriedades privadas que são de outras pessoas e que pode ter uma briga na justiça em cima disso pra poder despejar essas pessoas de lá. Por ser uma construção emergencial, o TETO não vai contra a lei, ele constrói com madeira e por ser um material desmontável ele não é contra a lei, então o TETO não ‘tá infringindo nenhuma lei. Dentro do que pode ser construído que é o caso da gente não poder mexer em água, luz, porque muitas vezes são feitas com gato, esgoto, etc. Só dá o espaço mesmo onde a pessoa vai ficar, e só isso já é muito melhor do que o que elas têm.”*

Na Oficina de Trabalho de Campo, foi dito que a regularização dos terrenos onde atuam está no horizonte, porém não seria possível esperar a regularização acontecer para que resolvam a questão das pessoas que residem em moradias precárias, mesmo porque o TETO não tem nenhuma relação com as lutas pela permanência nas áreas ocupadas, atendendo aos preceitos constitucionais de direito à moradia. Trata-se de “ajuda” apenas para uma unidade provisória. A ideia da lentidão e burocracia estatal na resolução dos problemas parece frequentemente se opor a ONG, que se coloca como alternativa eficaz e imediata ao que deve ser feito no momento. Existem propostas e projetos públicos direcionados à moradia no país que são resultado de uma histórica luta política para garantir o cumprimento do direito à moradia. Temos, por exemplo, o Plano Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, reformulado em 2014 e que visa atuar em duas frentes: “o Serviço de Moradia Social, para atendimento à demanda por moradia transitória, oriunda de frentes de obras públicas e situações emergenciais e de vulnerabilidade; e o atendimento definitivo, por meio da Provisão de Moradia e da Intervenção Integrada em Assentamentos Precários, que define os territórios marcados pela precariedade habitacional e urbana na cidade como áreas prioritárias para a política habitacional.” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016) Os apontamentos do TETO a respeito da ineficiência do serviço público parece não visar o fortalecimento de tais políticas já existentes, há apenas a crítica e o oferecimento de sua própria atuação enquanto saída ou até como substituição da atuação do Estado em suas

diferentes instâncias, pois não faz referência a nenhuma política pública de produção de habitação de interesse social. A saída imediata que propõem - a construção das casas de madeira - é algo que é realizado em poucos dias e em mutirão, no entanto, a duração garantida da casa é de cinco anos. Assim, as medidas de longo prazo que garantem o acesso à moradia permanente, a segurança da posse e a regularização fundiária de favelas, por exemplo, deveriam caminhar em consonância com as alternativas imediatas que duram poucos anos. Sobre a durabilidade do material das casas, temos o seguinte relato:

*“A gente também tenta conversar com os moradores - depois que acaba - sobre o que fazer para a casa durar mais, tipo avisar que o piso de madeira não dá pra jogar um balde d’água pra lavar, a tinta dá uma boa segurada contra a chuva, se o morador tiver um verniz a gente aconselha a passar. A gente deixa a manta [térmica] com eles. A gente foi colocar a telha e furou o telheiro errado e fica lá aquela frestinha? A gente tampa na hora, mas vai que sobra algum espaço? Então a gente dá uma manta. Quando é construção de 6 dias, a gente dedica os últimos dois a pintura e reparos. Reparar qualquer coisa que tenha dado de errado no momento da construção, se nenhum piloti ficou meio bambo, se precisa fazer nenhum complemento na casa ou não, ver se faltou algum telheiro, se a telha ficou meio ruim, se ficou alguma fresta. Se são construções de 2 dias, você geralmente volta no fim de semana seguinte para fazer isso. [...] A casa é feita pra durar um período de cinco anos, mas ela dura mais do que isso. Também é com essa intenção de ser uma moradia de emergência, mas que nesse tempo o TETO tem esperança de que os moradores tenham conseguido coisas ainda melhores pra eles, seja mudando de comunidade, seja construindo uma casa de alvenaria.”*

A suposição de que a criação de uma moradia provisória possibilitará aos indivíduos condições melhores de vida é algo muito presente nos discursos do TETO e nos remeteu também a um antigo projeto da Prefeitura de São Paulo, com as chamadas Vilas de Habitação Provisória. Durante a década de 1960, a prefeitura realizava remoções em favelas que estivessem em área de risco, como alagamentos, ou em áreas de interesse público. A Secretaria de Bem Estar Social (SEBES), órgão da prefeitura que estava sob a direção de Marta Terezinha Godinho, oferecia um auxílio financeiro às famílias removidas para que acessassem um terreno em outro local. No entanto, como apresenta Arlete Moysés Rodrigues (1981), a remoção e realocação com auxílio

torna-se algo oneroso ao poder público, então, na década seguinte, a partir de 1970, o projeto das Vilas de Habitação Provisória (VHP) seria posto em prática.

O projeto considerava que a população das favelas, migrantes em sua maioria, deveria ser integrada à vida urbana, devendo fazer a transição do rural para o urbano. A política das VHP deveria se dar da seguinte forma:

Primeiramente, os favelados deveriam ser removidos para alojamentos provisórios executados em terrenos municipais vagos ou para outras favelas situadas em terreno municipal (já que a retirada era sempre urgente) seja para execução de obras públicas, seja pela ocorrência de emergências nas favelas. Nesses alojamentos, ou vilas de habitação provisória, os favelados receberiam, durante cerca de um ano, diferentes treinamentos de promoção social, como educação básica e profissionalização. Assim estariam preparados para serem definitivamente transferidos para habitações compradas no mercado, alugadas ou financiadas pelo poder público. (BUENO, 2000, p.56)

Porém, apenas a primeira fase desse projeto foi posta em prática. Foram construídos apenas os galpões, de material misto, que serviriam de alojamento para a população removida. Os projetos para melhorar as condições socioeconômicas e culturais não foram realizados. Assim, “os sete alojamentos com 1721 unidades construídas tornaram-se permanentes e não provisórias como havia sido previsto, já que não foram implantados os demais programas.” (RODRIGUES, 1981, p.41) As favelas de Heliópolis (Zona Sul) e Vergueirinho (Zona Leste) tiveram origem a partir da construção desses alojamentos por parte da prefeitura de São Paulo (ALBUQUERQUE, 2006, p.24), ou seja, a concepção do poder público de que a construção das VHP demarcariam uma fase, um período transitório, se mostrou um diagnóstico errôneo, visto que a favela não desapareceu e continuou a crescer nos anos que se seguiram.

Assim, alguns aspectos das VHP podem ser utilizados para pensarmos sua semelhança com o TETO. Ainda que as Vilas de Habitação Provisória fossem um projeto do poder público, havia marcado em sua proposta a necessidade da resolução imediata de um problema, o problema seriam os aglomerados urbanos irregulares. No entanto, os alojamentos eram apenas uma etapa de um plano que visava inserir esses indivíduos em casas com melhores condições habitacionais. No caso do TETO, o pensamento aparece sempre como amplo, visando a melhoria da qualidade de vida e até a transformação da sociedade como um todo, mas a construção das casas de emergências no mesmo local do antigo barraco é restrita e limitante. Em visita feita em maio de 2019 a uma comunidade<sup>53</sup> atendida pelo TETO, as casas que foram construídas em 2011

---

<sup>53</sup> Jardim Pedra Branca, região de Guaianases, Zona Leste de São Paulo.

e 2012 continuam lá, ocupadas pelos mesmos moradores. Atualmente, não existem planos de reconstrução das casas antigas e nem de construção de novas residências no local. A organização não planeja ainda formas eficazes de aqueles moradores terem acesso à educação, profissionalização ou ao mercado de trabalho, e ainda assim, se espera que daqui cinco anos suas condições de vida tenham melhorado a partir do acesso à nova casa.

Esse modo de pensar da organização fica evidente na fala do presidente da sede nacional Paulo Gaio de Castro Jr., no Relatório Anual de Atividades do ano de 2017: “Acreditamos, como escreveu o professor e sociólogo da Universidade de Harvard, Matthew Desmond, em seu livro “Despejado”, que a causa raiz da pobreza está na falta de moradia estável e segura.”<sup>54</sup> Uma vez que a moradia precária seria a causadora da pobreza, faz sentido a esse raciocínio que a construção das casas do TETO melhore a condição de vida dos sujeitos atendidos, visto que agora habitam uma casa mais segura, ventilada e confortável. Na fala do presidente a pobreza é a consequência de uma moradia precária, porém nesse trabalho lidamos com o seu oposto: os preços altos para morar e os baixos salários não permitem o acesso à terra e à moradia para uma parte da classe trabalhadora.

## 2.4 O TETO E A CRISE HABITACIONAL BRASILEIRA

Para esse tópico, procuraremos pensar o papel do TETO na questão habitacional. Temas como a escassez de moradias e o déficit habitacional brasileiro aparecem relacionados aos problemas sociais, no entanto, a causa desses problemas é constantemente evitada. A partir dos escritos de Friedrich Engels (1872) a respeito da escassez e da tese de doutoramento de Leda Buonfiglio (2015) sobre o déficit seremos capazes de responder a alguns questionamentos: O TETO age sobre a escassez de moradia? Se sim, como?

A moradia é central para a reprodução social dos indivíduos, visto que é onde se satisfaz as necessidades humanas de abrigo e higiene, onde se dá a convivência familiar e a intimidade. No entanto, um aspecto que difere a casa das demais necessidades (como comida e vestimenta) é

---

<sup>54</sup> TETO, Brasil. **Gestão Financeira**. Disponível em: <<https://www.techo.org/brasil/gestao-financeira/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

o fato de ela não ser fracionável: é possível pegar emprestado roupas, ou pedir por restos de comida, mas não é possível emprestar a cozinha por um dia para alguém. Assim como sintetiza Rodrigues, “para morar é necessário ter a capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existentes nas proximidades da casa/terreno.” (RODRIGUES, 2003, p.14). Por isso, a habitação entra para o cálculo do salário mínimo, que visa dar conta de subsidiar a necessidade diária de alimento, vestuário e transporte também. No entanto, como o salário mínimo se refere ao mês trabalhado e o aluguel pode sofrer alterações de aumento, se não houver emprego, não se tem onde morar.

Ao falar dessas *necessidades* humanas, é preciso ter em mente que o seu sentido deturpou-se na produção capitalista, ao invés das simples e poucas necessidades à sobrevivência, podemos apontar que existe a criação de necessidades infinitas e variadas à satisfação humana, “com vistas à riqueza insaciável e indefinida, em que o próprio trabalho passa a ser reorientado e dirigido para além das necessidades.” (BUONFIGLIO, 2015, p. 20) Esse processo, orientado na produção e circulação de mercadorias, aproxima as necessidades do que seria uma demanda de mercado, e como demanda é precificada e sujeita à concorrência para sua venda e realização. A necessidade humana do abrigo torna-se também uma demanda econômica, uma demanda de mercado. Isso ocorre devido ao duplo caráter da mercadoria: é valor de uso, uma vez que contempla uma necessidade, e é também valor de troca, ao corresponder à demanda econômica. Assim, “pode-se mesmo concluir que, da síntese contraditória entre habitação como necessidade social básica e a habitação como mercadoria cara, resulta a combinação tão difundida no Brasil da autoconstrução da moradia: o lote precário, irregular e periférico.” (BUONFIGLIO, 2015, p.31)

A autoconstrução da moradia e o lote irregular e periférico, que já mencionamos antes neste texto, é a saída habitacional encontrada por aqueles que não podem arcar com todos os seus custos, dado o alto preço. O preço da habitação é composto pelo valor agregado da mão de obra de todos os agentes envolvidos no processo de construção, além do valor da terra que se determina de acordo com a produção da cidade. Assim, dada as dificuldades do acesso à habitação, cria-se um número elevado de indivíduos sem ter onde morar ou morando em habitações precárias. Friedrich Engels (1872) aponta que a escassez de moradias não é uma mera

coincidência, mas sim uma condição necessária à manutenção do seu alto preço, como sintetiza no trecho a seguir:

Sem a escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução (...) na qual, portanto, encontram-se necessariamente locatários até para os chiqueiros mais infames; na qual, por fim, o dono da casa, na qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também, de certo modo, em virtude da concorrência, o dever de obter por sua casa, sem nenhum escrúpulo, os alugueis mais altos possíveis. Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde, etc, quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde sua base. (ENGELS, 1872, p.71)

O cálculo do déficit habitacional<sup>55</sup> é, muitas vezes, o principal recurso para evidenciar a escassez de moradias e demais questões habitacionais brasileiras. Realizado atualmente pela Fundação João Pinheiro, o cálculo do déficit possui duas frentes de análise: quantitativa e qualitativa. No que diz respeito a análise quantitativa, são levantados os números de algumas categorias: domicílios precários (casas com parede sem alvenaria, feitas de madeira, ou em locais inapropriados como viadutos e barracas compõem essa categoria); domicílios com coabitação familiar; domicílio com ônus excessivo de aluguel (mais de 30% da renda revertida ao aluguel) ou domicílio alugado com adensamento excessivo (mais de três moradores por dormitório). A resolução para todos os casos citados acima implicaria em conseguir um novo terreno para a construção de novos domicílios, exceto no caso de domicílios com paredes sem alvenaria.

Já no caso da análise qualitativa – onde se expressa o maior déficit urbano brasileiro – são contabilizados os domicílios que possuem inadequação fundiária, inadequação de serviço ou infraestrutura; inexistência de banheiro e cobertura inadequada. Como aponta Buonfiglio,

aqui os problemas são mais complexos, porque extrapolam o domicílio pontualmente, atingindo o entorno imediato, o bairro, a rua, uma vez que a solução não é uma nova construção para substituir uma casa precária, mas a efetivação da regularização fundiária da posse em toda a comunidade, bem como a efetivação do acesso às infraestruturas urbanas básicas em todo o bairro. (BUONFIGLIO, 2015, p.40)

---

<sup>55</sup> O conceito de déficit é questionado por alguns autores, visto que a propagação de um número para representar problemas habitacionais tão complexos é incompleta e até reducionista, pois, “nessa cientifização do problema habitacional perde-se a visão do todo, a saber, o espaço geográfico e o tecido social; perde-se a perspectiva de que a habitação é, antes de mais nada, um problema social urbano, como Friedrich Engels já havia sinalizado, parte estrutural e intrínseca da urbanização capitalista.” (BUONFIGLIO, 2015, p.42)

Agora, sabendo dos critérios para composição do cálculo do déficit, podemos pensar a respeito da atuação do TETO no que diz respeito a essas categorias precárias de habitação. Utilizaremos como referência a pesquisa aplicada nas áreas que pretendem atuar, a Escutando Comunidades (ECO) e a construção de casas de emergência realizada pela organização. No questionário que compõe a ECO são feitas perguntas a um morador da residência a respeito de todo o grupo familiar. As questões compreendem os temas de renda, escolaridade, condições da moradia e engajamento comunitário. No bloco de questões sobre as condições de moradia questionam a respeito do material de cobertura, das paredes e do piso. Perguntam também a quantidade de cômodos no total e os utilizados como dormitório, além de indagar se há rachadura, goteiras e infiltrações. Na sessão a respeito do acesso à terra e à moradia é indagada a situação do terreno (comprado, ocupado, doado, etc.) e do domicílio (alugado, doado, próprio, etc.). Também existe um bloco de perguntas direcionado aos serviços básicos, em que se questiona se há saneamento ou não na região, água encanada e luz elétrica.

Todas essas questões parecem pertinentes de serem feitas, considerando que auxiliariam o conhecimento a respeito das características da região para que, em seguida, fossem aplicadas políticas públicas sobre suas necessidades. No entanto, a ação da organização não dá conta de agir sobre todos esses “nós” da questão habitacional. As construções que realizam massivamente duas vezes ao ano (Trabalho de Inverno e Trabalho de Verão) e as construções pontuais não fazem com que o número de domicílios brasileiros aumente, ou seja, o TETO não constrói casas para pessoas que não tem onde morar. As construções de casas de emergência só podem ser feitas no mesmo local onde já existe o barraco da família a ser atendida, visto que a construção em local diferente poderia se configurar como expansão indevida da favela.

Além disso, a casa construída pela organização, apresentada no tópico anterior com mais detalhes, é feita de madeira e tem duração de cinco anos, haja vista que não podem realizar construções de alvenaria em terrenos irregulares sem que a própria organização tenha algum tipo de problema judicial. Segundo os critérios do cálculo do déficit, casas que não possuem paredes de alvenaria configuram domicílios precários, dessa forma, não há atuação do TETO sobre o déficit. Desse modo, fica evidente que a atuação da TETO não altera a precariedade habitacional e nem os cálculos relativos ao déficit habitacional. A organização age apenas num sentido tido como de ajuda emergencial que não resolve e nem indica resolução das questões de moradia.

Retomando o que foi colocado em relação ao MTST, os movimentos populares lutam para a resolução do problema e, se não resolve o déficit, atua pelo direto à moradia digna como consta no artigo 6º da Constituição Brasileira (1988).

No que diz respeito a regularização fundiária, o TETO presta algum tipo de assistência jurídica às comunidades atendidas, no entanto, os mesmos não têm como projeto a luta pela segurança da posse aos moradores ou pela regularização da área onde atuam. A assistência se dá na forma de tirar dúvidas de moradores a respeito da legislação para que os próprios, organizados em comunidade, possam reclamar seus direitos. Em seu Relatório Anual de Atividades de 2017, a organização demonstra o conhecimento de todos esses aspectos essenciais da questão habitacional, como vemos a seguir:

Os projetos são realizados através do trabalho conjunto entre moradores e voluntários e têm como horizonte o alcance da moradia digna e adequada como direito humano, para além de um telhado e quatro paredes. Isso envolve não só a unidade habitacional, mas também seu entorno, espaços comuns da comunidade, acesso a serviços básicos e à segurança na posse do terreno em que se habita. Apoiamos a autodeterminação e resiliência das favelas na busca de direitos através do fomento à execução de projetos como hortas urbanas, áreas de lazer, quadras, praças e de empoderamento legal face a ameaças de remoção. Assim, promovemos o protagonismo das comunidades frente ao território que ocupam e defendemos a reivindicação do espaço urbano pelos moradores e moradoras das favelas que construíram e fazem funcionar a cidade à qual nem sempre têm acesso. (TETO - Relatório de Atividades, 2017. p.20)

O apoio mencionado pela organização se relaciona mais a intenção de “empoderar” os indivíduos do que representar alguma proposta concreta de moradia permanente<sup>56</sup>. Tal posicionamento está em consonância ao “novo humanitarismo” do qual trata Leguizamón (2005), ao apontar que organizações que se colocam como capazes de resolver a desigualdade social através do empoderamento e passa ao largo das causas estruturais dessa desigualdade, ao mesmo tempo que se fortalecem cada vez mais em um contexto neoliberal. O TETO não atua no déficit e, nesses moldes, nem poderia atuar.

Neste capítulo apresentamos discussões acerca da moradia, daquelas autoconstruídas por seus moradores e também das casas provisórias que são construídas pelo TETO. O que se revela

---

<sup>56</sup> A noção de “empoderamento” parece mais relacionada ao empoderamento do TETO do que das áreas e das famílias que recebem o auxílio de substituição de uma moradia precária por outra também precária, mas um pouco mais durável. O empoderamento é da ONG haja vista que a construção das moradias é capaz de impactar seus números e engajamento, promovendo a atração de novos financiadores e voluntários para a organização e também o fortalecimento desses vínculos.

é que o problema da habitação é amplo e não se circunscreve apenas na substituição de uma moradia precária por outra, menos precária e de duração determinada. Uma reforma da política habitacional, para mencionar alguns pontos, deveria levar em conta o acesso a terra, a construção de unidades habitacionais permanentes, a reformulação da localização dos terrenos destinados aos mais pobres e reocupação de imóveis vazios. Além de promover e garantir o emprego e o acesso aos direitos, como saúde, saneamento básico e educação. Por fim, cabe dizer que não se espera que o TETO tome para si a resolução de todos os pontos mencionados, afinal não é esse seu objetivo. Seu objetivo, como explicitado nos documentos é agir baseado na lógica das urgências, através da ajuda “humanitária”, com atuações pontuais em momentos de catástrofe, em nome da ajuda social que não se realiza na prática, pois apenas protelaria o problema. O que se evidencia é a reprodução de uma limitada concepção de mundo, onde não se mencionam os motivos da existência da pobreza e dos caminhos a serem traçados rumo a sua redução. Oferece-se como saída o mínimo aos mais pobres, visto que isso “já é muito melhor do que o que eles têm”, como disse um voluntário. Ao mesmo tempo, a organização constrói com os voluntários a ideia de que estão transformando o mundo, ao tomarem a parte pelo todo. Constituem, assim, uma esfera que reproduz a vida tal como ela é, sem questionamentos, induzindo os voluntários a pensarem que estão resolvendo as questões habitacionais e, assim, assumem a forma de um aparelho privado de hegemonia.

## CAPÍTULO 3 - PUBLICIDADE E AÇÃO INTERNACIONAL

### 3.1 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E GESTÃO DA POBREZA

Neste capítulo apresentaremos duas discussões, a primeira diz respeito à ligação entre a existência de organizações internacionais e a gestão da pobreza e das catástrofes. Já o segundo ponto tem a ver com a forma como o TETO se apresenta às pessoas, principalmente através das redes sociais onde marcam presença ativa. Essa apresentação que a organização faz de si mesma utiliza como recurso o chamado “marketing de causa”, uma forma de publicidade aplicada às causas sociais.

Em uma recapitulação histórica, Nanci Valadares de Carvalho (1983) associa à década de 1960 o início de um descrédito generalizado com relação aos representantes políticos e às burocracias especializadas. A resposta a essa descrença veio através de organizações não governamentais que, a partir da década de 1970, se estabelecem nos países desenvolvidos e espalham-se “por todo o mundo, como uma expressão *avant la lettre* da crise de governabilidade em seguida instalada no sistema mundial” (CARVALHO, 1983, p.13) Apesar de não estatais, essas organizações podem associar-se a governos, sindicatos, empresas, mas sem se submeter ao sistema organizativo das mesmas. Nos anos 1980, as ONGs aparecem como alternativa ao que está colocado pela política governamental, em países centrais, as ONGs internacionais, baseadas na filantropia e no voluntariado agem a partir do discurso de levar bem-estar ao mundo.

Esse pensamento de que os países centrais devem, de alguma forma, zelar pelos países subdesenvolvidos através de ações de caridade é algo que alcança seu ápice a partir da década de 1990. Em trabalhos como o de Catarina Vianna (2010)<sup>57</sup>, por exemplo, é possível notar como uma organização católica localizada em Londres interfere na dinâmica de uma região pobre do estado de Pernambuco e na rotina de crianças, adolescentes e educadores. No entanto, esse não parece ser o caso do TETO, que se apresenta como a primeira organização internacional que nasce na América Latina e se expande pela própria região. Essa ideia de “nós por nós” afastaria, então, os ideais quase colonialistas de levar “o bem” para o outro. O que não se prova verdadeiro

---

<sup>57</sup> VIANNA, Catarina. **Os enleios da tarrafa**: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

na prática, visto que, ainda que partam da América Latina, interferem também na dinâmica local e agem pontualmente como outras ONGs internacionais, que apresentaremos em seguida, que visam apenas atender a uma lógica das urgências, passando ao largo das soluções permanentes.

Em seu site oficial existe uma linha do tempo na área dedicada a contar cronologicamente a história da instituição<sup>58</sup>. Nela constam os encontros internacionais realizados, as criações de novas sedes e escritórios e também assinala as catástrofes naturais que acometeram países da América Latina e Caribe. São listados os terremotos de El Salvador e Peru (2001), Chile e Haiti (2010), México (2017); incêndios no Chile (2001); enchentes no Peru e Colômbia (2017) e furacões no Caribe (2017).

No caso de El Salvador, o terremoto atingiu o país em 13 de janeiro de 2001 e em 13 de fevereiro de 2001. A respeito da devastação causada pelos abalos, o jornal Folha de São Paulo noticiou à época que “a onda de tremores, que começou no dia 13 de janeiro, deixou cerca de 1.200 mortos, 7.000 feridos e 1,4 milhão de desabrigados. Destruiu 300 mil casas, 1.200 edifícios públicos e 1.700 escolas.”<sup>59</sup> Tal evento gerou mobilização por parte da instituição e duas organizações não governamentais vinculadas ao TECHO foram criadas no país após o mesmo, o (MAPES)<sup>60</sup> e o Voluntarios Construyendo El Salvador (VOCES)<sup>61</sup>. Cinco anos após o terremoto, em 2006, o TECHO se oficializa no país com a construção de uma nova sede, bem como no Peru. Diante desse quadro podemos traçar alguns questionamentos acerca da expansão internacional de uma organização, muitas vezes motivada por catástrofes e da chamada “indústria do desenvolvimento”, nas quais as organizações internacionais têm papel fundamental.

Ismane Desrosiers (2016), a fim de entender a pobreza do Haiti, elabora uma recuperação histórica da dominação de países centrais sobre o mesmo desde a sua época colonial até o presente, onde foi possível notar a presença massiva de organizações não governamentais de ajuda humanitária após o terremoto de 2010. Desrosiers questiona a eficácia dessas ações em prol do desenvolvimento do país, uma vez que o seu resultado é apenas o de controle e regulação daquele território por parte dos países desenvolvidos. Segundo ele, a internacionalização das

<sup>58</sup> TETO. História. Disponível em: <<https://www.techo.org/brasil/nossa-historia/>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

<sup>59</sup> FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). Agências Internacionais. *Sismos devastam economia de El Salvador*. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1502200107.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>60</sup> O site da instituição é <<http://manosamigas.com/es/about/>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

<sup>61</sup> Organização que não possui site próprio, visto que nasce a partir de uma ação da Un Techo para Mi Pais em 2001.

ONGs corrobora ao vínculo de subalternidade entre os países de primeiro e os de terceiro mundo, como uma atualização dos vínculos coloniais e das missões civilizatórias.

Outro autor que trata desse tema é James Ferguson (1994), em sua pesquisa a respeito da ação de organizações pró-desenvolvimento agrícola em Lesotho, em que aponta para conceitos que servem não só para organizar o mundo, mas tornam-se inquestionáveis e legítimos. No século XIX a noção de “civilização” teria ocupado esse lugar, hoje seria o “desenvolvimento”. A separação entre os países civilizados e não civilizados justificava a colonização e a exploração, ao passo que hoje as divisões entre desenvolvidos e subdesenvolvidos substituem os termos e repetiria sua lógica. Assim, as agências de desenvolvimento, que foram estudadas pelo mesmo, mobilizam financiamentos milionários para aplicação no local e o resultado nunca alcança o esperado. As sucessivas falhas dessas agências criam o que Ferguson chama de “indústria do desenvolvimento”, onde o aparato internacional especializado trazendo modernidade e tecnologia não promove melhoria nas condições de vida daquela localidade. O “desenvolvimento” tomado apenas com seu sentido positivo, associado ao aumento da qualidade de vida, acabaria por mascarar o processo que cria a miséria.

Em entrevista dada ao jornal suíço *Le Temps*<sup>62</sup>, Ricardo Seitenfus, então presidente da Organização dos Estados Americanos do Haiti, tratava o caso da ajuda humanitária no Haiti como um fracasso, visto que o auxílio emergencial das organizações passa a *substituir* o Estado. O lugar que o Estado ocupa na relação com as organizações não governamentais é tratado por Desrosiers (2016), Ferguson (1994) e atravessa as discussões já apresentadas. Desrosiers, a partir de Daniel Holly<sup>63</sup>, aponta que a *fragilidade* Estatal é fundamental para que as organizações cheguem ao país e nele desenvolvam seus próprios projetos, independentes do Estado. Já Ferguson aponta para um *fortalecimento* da burocracia do Estado mediante a “indústria do desenvolvimento” lá criada. Temos, assim, três noções sobre qual seria o posicionamento do Estado: substituído pelas ONGs, enfraquecido ou fortalecido por elas. Nesse caso, tratam-se de países distintos, com história e formação de Estado específicas. Ainda que não possamos desenvolver uma reflexão aprofundada no momento, podemos indicar algo que Fontes elabora:

---

<sup>62</sup> ROBERT, Arnaud. Haïti est la preuve de l'échec de l'aide internationale. *Le Temps*. Suíça, dez. 2011. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/dominique-gautier/blog/090111/haiti-est-la-preuve-de-lechec-de-laide-internationale>> Acesso em: 03 fev. 2019.

<sup>63</sup> HOLLY, Daniel A., *De l'État en Haïti*. Paris, L'Harmattan. 2011.

A luta de classes atravessa, para Gramsci, todo o conjunto da vida social e, difusa pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da Sociedade Civil, encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões. Não há, pois, oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci. (FONTES, 2010, p.136).

Assim, podemos compreender as organizações não-governamentais também como parte do Estado. De acordo com a expressão “Estado ampliado”, formulada por Antonio Gramsci, o Estado comportaria em si a sociedade política e a sociedade civil (GRAMSCI, 2007). Tal concepção visa contemplar essa nova faceta do Estado no século XX, que não apenas detém o monopólio da força, mas também organiza a criação do consenso. É comum que tais organizações se coloquem como contrapostas, ou independentes, às ações do Estado, porém isso não se mostra procedente diante da ação coordenada desses entes e da não oposição entre Estado e sociedade civil. Como observamos no item 2.3, a ONG não faz referência a nenhuma política pública estatal nem mesmo as que se referem à regularização fundiária, urbanização de favelas e produção de moradia de interesse social. Ou seja, se oculta as atividades realizadas pelo Estado e até mesmo as conquistas sociais expressas na Constituição e em Leis mais gerais do uso do solo urbano.

Dos casos mencionados, podemos considerar algumas aproximações ao TETO, uma vez que são todas ações que se colocam como em prol do desenvolvimento e que, no entanto, não promovem reformas estruturais, não são capazes de estabelecer mudanças sociais. O que ocorre é uma reafirmação da ONG como marca de ajuda humanitária, através da atuação direcionada, pontual e específica em alguns aspectos da miséria, das dificuldades dos sujeitos na reprodução da vida. A transformação que costuma ser pauta dessas organizações não ocorre na realidade material das populações envolvidas. O objetivo não é de transformar o mundo, mas de criar um aparelho ideológico que aponte que a solução dos problemas não se dará de forma estrutural, mas através da benemerência. O tópico a seguir irá tratar a respeito do uso do marketing e da propaganda por parte da ONG, ponto fundamental para a compreensão do trabalho que realizam na produção de um ideário a ser propagado.

### 3.2 ENGAJAMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Armand Mattelart (1996) atribui à propaganda uma importante função, a de “gerenciamento da opinião popular”. Aplicando essa definição ao caso do TETO, a propaganda se torna um instrumento fundamental de repercussão da sua ideologia, em uma disputa narrativa a respeito do que é criar novas soluções para a moradia e para erradicação da pobreza. Mattelart, no momento em que analisa especificamente a propaganda feita pelas ONGs aponta para uma flexibilidade hierárquica e investimento em imagem que a faz sobressair do que é feito por governos ou movimento social:

Suas redes são um exemplo concreto da flexibilidade que tanto falta à máquina central, estatal ou privada. O emprego das novas tecnologias para a coleta, estocagem e análise de informações e para abrir intercâmbios não é mais segredo para elas (...) Para levantar fundos, as organizações aplicam intensivamente métodos de persuasão da comunicação lucrativa e outras técnicas de mailing, e não hesitam em empregar os mesmos expedientes dos mestres em venda por correspondência. O espírito de empresa penetra tanto nas antigas organizações como as novas. (MATTELART, 1996, p.171)

Em se tratando de uma época pré-digital, o autor demonstra o interesse e empenho das organizações não governamentais no que diz respeito à publicidade. Atualizando os meios de ação, a análise dos conteúdos difundidos pelo TETO em suas redes sociais apresenta relevância por ser o principal canal de divulgação de seu trabalho. Considerando os números apresentados em suas redes sociais em janeiro de 2020, no Twitter oficial do TETO os seguidores passam dos 7 mil, no Instagram são quase 78 mil, enquanto sua página no Facebook possui mais de 197 mil seguidores<sup>64</sup>. Essa audiência pode acompanhar reportagens, vídeos e campanhas realizadas, o que cria certa proximidade entre a organização e o grande público, podendo atingir novos voluntários e apoiadores diariamente.

Anualmente, a instituição lança uma campanha publicitária<sup>65</sup> para incentivar a Coleta, campanha de arrecadação financeira feita nas ruas das cidades através de seus voluntários. As campanhas são feitas, principalmente, nos meios virtuais. Como foi o caso da campanha “Vamos

<sup>64</sup> Os números do Facebook e Instagram aumentaram desde a última consulta. Desde junho de 2019, o número de seguidores no Instagram cresceu em 22 mil e do Facebook em 8 mil. O que demonstra um elevado crescimento de audiência em um curto período. Em ambas as redes o TETO se utiliza de anúncios patrocinados.

<sup>65</sup> Segundo ranking de 2018, duas das dez maiores agências de publicidade do país já fizeram campanhas para o TETO. Sendo elas Y&R (1º) e Leo Burnett (8º). Os números são com relação ao Brasil, porém ambas são multinacionais de origem norte-americana. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2018/02/14/ibope-as-agencias-que-mais-crescem.html>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

fazer da cidade uma só”, temática utilizada na campanha de 10 anos da instituição, que aparecia em formato de propaganda no YouTube. Narrado pelo Marcelo Tas, o vídeo convidava os espectadores a colaborarem com o fim da segregação urbana através de doações à ONG<sup>66</sup>. O que destacaremos das campanhas, por enquanto, será a apresentação da situação de pobreza como um atrativo às doações.

Aqui, apresentaremos dois casos onde não foi um famoso apresentador que estrelou a campanha, mas sim os moradores de locais atendidos pelo TETO. O tema de ambas as campanhas foram inspirados em virais da internet<sup>67</sup>, como forma de se integrar a campanha a algo característico da web e de mobilizar a atenção das pessoas com isso. Em 2017, colocaram uma moradora na pose “Follow me to”, que ficou conhecida ao redor do mundo por ser feita por casais em viagens. No caso do TETO, a foto procurava chamar doadores para participar da campanha e para conhecer esse lugar de adversidade que são as favelas onde atuam (Figura 10).

**Figura 10:** Campanha “Venha transformar a nossa cidade”.



Fonte: Blog Razões para Acreditar<sup>68</sup>.

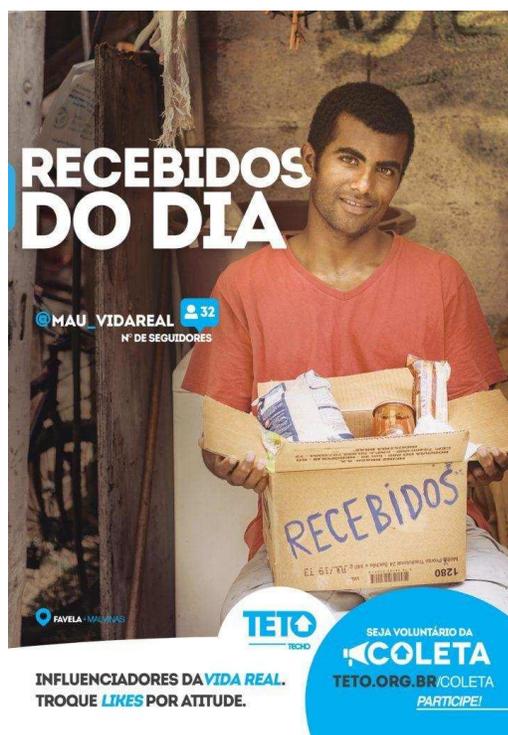
<sup>66</sup> TETO Brasil 10 anos | Vamos fazer da cidade uma só: Teto Brasil, 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=EG8NKBH9-B4>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

<sup>67</sup> Conteúdos compartilhados massivamente pelos usuários das redes sociais que, assim como um vírus, se espalham para mais usuários.

<sup>68</sup> Disponível em: <<https://razoesparaacreditar.com/followmeto-ong-teto/>> Acesso em: 03 jun. 2019.

Já em 2018 recriou-se a figura do influenciador digital sob o lema “Influenciadores da vida real”. Usuários das redes sociais que possuem muitos seguidores podem se tornar influenciadores digitais, visto que ao apresentarem os produtos que estão usando, serão vistos por inúmeros potenciais compradores. Essa influência se dá a partir do estilo de vida ou dos produtos que apresentam como parte de seu cotidiano, e essas pessoas passam a receber em casa os produtos que anunciarão como algo bom e que elas recomendam aos seguidores. No caso do TETO (Figura 11), um morador de comunidade onde atuam foi retratado como um influenciador digital, que recebe produtos em sua casa para propaganda. Porém, na sua caixa de recebidos não consta um tênis de marca ou um equipamento eletrônico, mas sim uma cesta básica. O convite feito era de que a campanha ultrapassasse o meio virtual (o *like*) e se convertesse em atitude de apoio financeiro à organização.

**Figura 11:** Campanha “Influenciadores da vida real”.



Fonte: Jornal Metro<sup>69</sup>.

<sup>69</sup> Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/03/20/campanha-alerta-para-problemas-em-favelas-usando-influenciadores-da-vida-real.html>>. Acesso em: 03. Jun.2019.

Esse comprometimento com a divulgação do trabalho está ligado ao fato da organização se utilizar do chamado “marketing de causa”. Em um artigo publicado no site da organização se explica que o “marketing de causa” parte do mesmo princípio do marketing para venda de produtos, afinal “um consumidor convencido por uma ideia, é cliente na certa”<sup>70</sup>. Assim, com a intenção de convencimento através de um conceito sólido de marca, o marketing de causa também pretende atingir o público para sensibilização e engajamento com causas sociais e projetos que visem o bem estar coletivo. A apresentação dessa periferia acaba por ser um produto que, além do engajamento social das pessoas com “causas nobres”, também se reverte em valores arrecadados à organização para a realização de “melhorias” nas periferias do país.

O uso das imagens de pessoas moradoras de favelas, ou representando esses moradores, aparece de duas formas: como alerta de uma situação de precariedade enfrentada por alguns grupos sociais e também como um ativo a ser explorado e monetizado pela organização. Para acrescentar à compreensão desse tipo de conteúdo veiculado pelo TETO, utilizaremos os escritos de Bianca Freire-Medeiros (2007) a respeito do uso da imagem e da vivência dos pobres, desde a antiga prática londrina de *slumming*, até os mais recentes “favela tour” que acontecem nos morros cariocas.

O *slumming* diz respeito à tendência da elite londrina do século XIX de visitar os locais pobres e degradados da cidade, a fins de filantropia ou curiosidade apenas. Algumas dessas visitas eram registradas com fotografias. Thomas John Barnardo era um desses filantropos a praticar o *slumming* e, posteriormente, foi acusado de que suas fotos “realísticas” dos locais eram na verdade encenações e composições montadas a fim de comover outros benfeitores a contribuírem financeiramente com sua missão. Assim, as fotos tiradas à época daqueles locais precários poderiam ter inúmeros destinos. Serviam como meio de recolher informação sobre a pobreza urbana, que poderia ser reclamada posteriormente em comissões parlamentares, ou até para legitimar as associações voluntárias e os órgãos de assistência do governo, além de servir de base a textos jornalísticos, novelas, etc. Como aponta Freire-Medeiros,

---

<sup>70</sup> LIETTI, Tamires. **Marketing de causa: entenda de vez o que é e porque é importante para o TETO.** Disponível em: < <https://www.techo.org/brasil/informe-se/marketing-de-causa-entenda-de-vez-o-que-e-e-porque-e-importante-para-o-teto/> >. Acesso em: 13 mai. 2019.

a experiência em primeira mão entre os pobres urbanos vai se constituindo em algo essencial aos que aspiravam falar com autoridade acerca das questões sociais. Assim é que, não apenas os que estavam à frente da igreja e das agências de assistência social, mas também todos os cidadãos que simpatizavam com os pobres, sentiam-se obrigados a visitar - ou mesmo viver e trabalhar em - bairros degradados como Whitechapel e Schoreditch. (FREIRE-MEDEIROS, 2007b, p.177)

Nota-se que a aproximação da elite aos locais degradados, seja por interesse político ou de caridade, é, acima de tudo, uma forma de demarcar a sua própria ascendência social, a sua distância material daquela realidade. Já no caso do “favela tour”, que ocorre na atualidade, outro elemento é apresentado pela autora: o do gosto pelo exótico.

No artigo “A favela que se vê e que se vende”, Freire-Medeiros apresenta como algumas favelas do Rio de Janeiro tornaram-se atrações turísticas, principalmente, ao oferecer os chamados “reality tours”. A autora, que realizou pesquisas empíricas nos locais, chegou até duas possíveis motivações de um turista para procurarem “tours de realidade”: a busca pela autenticidade e pela participação direta naquela realidade e em conhecer e vivenciar as emoções de um Outro distante, pois, “ao mesmo tempo que permite engajamento altruísta e politicamente correto, o [favela tour] motiva sentimentos de aventura e deslumbramento. É a experiência do autêntico e do exótico, do risco e do trágico em um único lugar.” (FREIRE-MEDEIROS, 2007a, p.63). Para Freire-Medeiros, existe a criação de um imaginário, por parte de filmes, novelas, romances, etc, que contribuem para o interesse nesse tipo de turismo.

No entanto, o retorno financeiro desse tipo de turismo se apresentou pouco expressivos nos casos analisados pela autora. A favela da Rocinha, por exemplo, possui sete agências de turismo credenciadas para realizar os passeios. O público é em sua maioria estrangeiro e os guias não são residentes locais, mas funcionários de agências. Uma dessas agências de turismo é responsável por uma creche da favela e incentiva que os turistas realizem doações a ela durante a visita e, em outros momentos, são oferecidos para venda *souvenirs* como camisetas e bolsas. Não se trata, portanto, de uma atividade que valorize o investimento local, pois, o que ocorre é que “os turistas gastam muito pouco durante a visita e, como não há nenhum tipo de distribuição dos lucros, os capitais suscitados pelo turismo são investidos apenas minoritariamente na favela e sempre pela via da caridade.” (FREIRE-MEDEIROS, 2007a, p.66)

Assim, notamos como os sujeitos retratados e seu local de residência pouco se beneficiam dessas práticas que os expõem. Para o caso das propagandas do TETO, seu rosto e vivência são

utilizados como forma de engajar novas pessoas à causa da organização, novos apoiadores e até legitimar a importância do seu trabalho e atuação. A seguir, apresentaremos uma forma de arrecadação financeira onde ONG e uma empresa parceira se beneficiam mutuamente do engajamento às causas sociais.

Ao acessar o site de uma seguradora que é empresa Amiga do TETO, era possível encontrar uma campanha de arrecadação financeira feita por eles: “A cada seguro residencial Kakau contratado doamos para a TETO Brasil, organização internacional presente na América Latina e Caribe, que trabalha diariamente nas comunidades para superar a pobreza e a exclusão, por meio do trabalho conjunto entre jovens voluntários e famílias que vivem em comunidades precárias, buscando soluções concretas para o problema” (Figura 12). Aqui, se afirma que a compra de um seguro residencial resulta imediatamente em uma doação para a ONG, de um valor que não é especificado pela empresa. Optar por essa compra é também engajar-se numa causa social, engajar-se de alguma forma nesse trabalho de “superação da pobreza”, como o texto sugere. O TETO, em suas parcerias com empresas, garante que as mesmas possuam projetos de “responsabilidade social” a serem mostrados aos consumidores.

Assim, é possível notar que a “responsabilidade social”, mencionada com frequência pelas empresas, é um recurso que pretende afastá-las da imoralidade capitalista e da imoralidade Estatal. Há muito é construído e propagado o discurso neoliberal de que o Estado deva ter seu papel reduzido, visto que serviria apenas à corrupção dos políticos. Além disso, como a própria Lei do Terceiro Setor aponta, o trato com o social deveria ficar ao cargo de instituições da sociedade civil em parceria com o Estado. Por outro lado, também é do interesse das empresas que sua inserção no contexto capitalista pareça pouco nociva ao meio ambiente e à sociedade. A própria discussão a respeito do desenvolvimento sustentável serve de amparo para, de certa forma, *humanizar* a brutalidade do progresso capitalista. Quando se usa o termo “responsabilidade social”, a mensagem passada por essas empresas é a de que realizam uma exploração pouco nociva e ainda participam de projetos que visam o bem-estar da sociedade.

Figura 12: Campanha Kakau e TETO.

**KAKAU** Início Quem somos Residencial Smartphone Blog Dúvidas Anna Minha conta

**KAKAU** **TETO**  
TECHO

**ACREDITAMOS QUE TODOS MERECEM UMA CASA MAIS SEGURA.**

A cada seguro residencial Kakau contratado doamos para a TETO BRASIL, organização internacional presente na América Latina e Caribe, que trabalha diariamente nas comunidades para superar a pobreza e a exclusão, por meio do trabalho conjunto entre jovens voluntários e famílias que vivem em comunidades precárias, buscando soluções concretas para o problema.

**ACOMPANHE AS DOAÇÕES EM TEMPO REAL:**

R\$ **6 2 7 6**

Fonte: Site da empresa<sup>71</sup>.

O argumento da bondade pauta também o discurso da própria ONG, como em texto do então presidente do conselho diretor da organização Paulo Gaio de Castro Jr.:

A TETO Brasil, por sua vez, é uma organização com poder de transformar a sociedade brasileira, promovendo experiências transformadoras para milhares de jovens. Aqui os voluntários do TETO exercem, em sua plena cidadania, o seu ativismo e indignação, expandindo a consciência, perspectiva e esperança de uma sociedade mais justa para as pessoas ao seu redor. Porém, não é porque temos *objetivos nobres* que estamos imunes às crises e desafios que atingem as Organizações da Sociedade Civil no Brasil, seja na sua governança e/ou financeira. (TETO Brasil, Relatório Anual de atividades., 2017. p.7)

Aspectos morais como a nobreza e bondade são recursos de linguagem assumidos com frequência pelo TETO, o que faz com que ela se associe a um repertório de adjetivos positivos, ao passo que invisibiliza o que realmente estão fazendo, uma vez que na expressão “objetivos nobres” não é possível dimensionar como esse objetivo se concretiza na realidade.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos de pesquisa de mercado (2019), o interesse em marcas engajadas socialmente tem crescido em decorrência de um novo perfil de consumidores,

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://www.kakau.co/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

em sua maioria jovem, que expressa sensibilidade às causas ambientais e da diversidade, por exemplo. Para uma amostra de 1.200 entrevistados foram feitas perguntas a respeito dos seus hábitos de consumo e características que os fazem, ou não, optar pelo produto de uma determinada marca<sup>72</sup>. Algumas das motivações mencionadas foram,

ser apoiada por uma ONG reconhecida (59%); ser recomendada nas redes sociais (59%); beneficiar uma causa que seja importante ao entrevistado (58%); ser conduzida por uma marca que o entrevistado admira (51%); precisa ser recomendada por amigos/familiares (49%); precisa ser apoiada por uma pessoa famosa (37%). Além disso, os entrevistados disseram que as marcas precisam impactar a cadeia de valor. Reduzindo o impacto ambiental (58%); promovendo campanhas de doações (39%); garantindo direitos de homens e mulheres (33%); ter programas de diversidade e inclusão (30%). (REVISTA ÉPOCA, 2019)

A pesquisa, que foi apresentada ao público durante o 3º Fórum de Marketing Relacionado à Causa<sup>73</sup>, demonstrava como a confiança no governo para resolução de problemas sociais está em declínio, e como é possível preencher esse vácuo através de parceria entre empresas privadas e organizações engajadas com o social. A partir dela é possível notar que o interesse no investimento do marketing de causa é compartilhado por ONGs e empresas, uma vez que para as primeiras essa é a oportunidade de atrair financiamento e ter destaque entre os pares, enquanto para as empresas existe um valor agregado ao seu produto ao associá-lo a alguma causa social, chamando atenção do consumidor engajado.

Flávio Casimiro (2018a), em uma recuperação histórica, aponta que é a partir de meados de 1980 que o empresariado brasileiro começa a se organizar como classe, ainda de forma incipiente, a fim de garantir não só a acumulação, como a influência no aparato estatal. Na década seguinte ocorre no país a intensificação e consolidação de políticas neoliberais, evocando os ideais da economia de mercado e da meritocracia como saídas fundamentais ao crescimento econômico:

A reconfiguração do papel do Estado, portanto, teve como um dos seus importantes veículos – tanto na materialização de políticas, como no âmbito das lutas simbólicas e construção do consenso – a organização empresarial para a captura e ressignificação dos problemas sociais e suas soluções (CASIMIRO, 2018a, p.128)

---

<sup>72</sup> A pesquisa foi encomendada pelo Instituto Ayrton Senna, ESPM e Cause Consultoria. Pesquisa completa disponível em: <[https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/publication/documents/2019-10/ipsos\\_marketing\\_causa.pdf](https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/publication/documents/2019-10/ipsos_marketing_causa.pdf)>. Acesso em 05 fev. 2020.

<sup>73</sup> O evento ocorreu em 24 de outubro de 2019 no auditório da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em São Paulo.

Ou seja, o período dá início ao que Casimiro chama de “empresariamento de funções sociais do Estado” (CASIMIRO, 2018b, p. 626), e esse fenômeno se manifesta através da criação de institutos, fundações e organizações não governamentais voltadas a atuar nas camadas populares ao passo que participam diretamente da produção e propagação de ideais que sejam convenientes às classes dominantes. Um exemplo mencionado pelo autor é o GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), instituição criada para organizar as entidades sem fins lucrativos aos investimentos empresariais no setor social, que antes atuavam antes de forma dispersa, para ações conjuntas e combinadas, e “assim, buscam dar organicidade a determinadas formas de atuação coletiva na construção do consenso em torno de sua concepção de mundo e na operacionalização de objetivos políticos ideológicos” (CASIMIRO, 2018b, p.645-646).

A aproximação das empresas à questão social via marketing relacionado à causa demonstra resultados efetivos no aumento das vendas de seus produtos e passa a ser importante construir a imagem de empresa engajada, seja em prol do meio ambiente, da diversidade, da inclusão, etc. No entanto, a atuação das empresas em prol do social é parte de uma estrutura mais ampla, que não diz respeito apenas ao aumento de vendas, mas de produzir consenso em torno de determinadas visões de mundo. Por isso, o conceito de aparelhos privados de hegemonia, já apresentado anteriormente, deve ser retomado. O termo hegemonia (BOBBIO, 1998) que muitas vezes é usado como sinônimo de *domínio*, de coação sobre o outro, pode também ser utilizado para denotar *direção*. E esse é o significado presente em Gramsci: unificação das classes dominantes a fim de exercer influência nas dimensões cultural, intelectual e política. Os aparelhos privados de hegemonia (fundações, ONGs, institutos) acabam por tomar frente das narrativas a respeito de minimizar os efeitos da miséria em ações pontuais e localizadas e que vão, sucessivamente, apagando a

relação capital/trabalho (ou a existência de classes sociais) pela centralização do combate internacional “comum” contra a pobreza ou pela redução dos efeitos mais deletérios das gritantes desigualdades sociais. Com isso, introduzia-se uma cunha entre questões imediatas e problemas estruturais, estes, aliás, na origem das aflições imediatas. Difundia-se a crença na possibilidade de solução de transtornos urgentes, contanto que se postergassem (ou se abandonassem) as questões referentes à própria organização do conjunto da vida social. (FONTES, 2010, p. 231 – 232)

O terceiro setor age na substituição da concepção de um Estado universalizante, em nome de atuação focalizada da responsabilidade social do empresariado, ao passo que esse mesmo empresariado está apto a realizar disputas pelo financiamento público destinado ao desenvolvimento social via terceiro setor. (CASIMIRO, 2018). Há uma retroalimentação entre as entidades que chama atenção. O Estado, retratado a partir de sua ineficiência, promove deduções fiscais dentre outros benefícios às empresas. Ambos, Estado e empresas, contribuem com as organizações não governamentais, seja através de financiamento privado ou público via Organização Social de Interesse Público (OSCIP). A publicidade e o marketing são os recursos que servem tanto às ONGs quanto as empresas, para atrair investimento e influir no comportamento de consumo e também na opinião pública.

## 4. CONCLUSÃO

A pergunta que motivou a pesquisa, feita no início e apresentada na introdução do trabalho, não pôde ser respondida de forma simples, com um mero sim ou não. O que o TETO transforma? A própria palavra transformação, ou seu sinônimo “mudança”, parece estar constantemente em disputa. O ímpeto de mudar a realidade é mobilizado nas falas de diferentes instituições, de variados espectros políticos, seja para endurecer a ordem ou promover a libertação. Por hora, foi possível responder que existe uma complexa estrutura internacional de ajuda humanitária que prevê ações em nome da transformação, da redução da pobreza, do acesso à moradia, atuando na produção de um modo de pensar, a fim de que sua narrativa alcance, mobilize e emocione as pessoas. Mas na prática não há alteração nem na dinâmica da produção e reprodução das moradias populares e nem na forma de organização social, pois a “ajuda” vem da ONG e não da luta pela obtenção de direitos.

Ainda que presente em dezenove países e sendo capaz de mobilizar milhares de voluntários e beneficiários, não há impacto em suas ações. A pontualidade e a lógica da urgência não são similares, e nem se quer equivalentes, ao impacto de uma política pública e universal de atendimento, onde o acesso aos direitos seja irrestrito, onde a população trabalhadora mais pobre não seja “beneficiada” pelo pouco que a instituição filantrópica lhe oferece, mas sejam sujeitos com direitos garantidos, acesso à qualidade de vida e a possibilidade de organizar-se democraticamente por suas demandas. A “transformação” na vida dos beneficiários aparenta ser a mera sobrevivência dos mesmos pelos próximos cinco anos de duração prevista da casa.

A utilização do conceito de aparelhos privados de hegemonia foi um fator decisivo para o encaminhamento desta pesquisa. A partir dele foi possível estudar a ONG TETO não apenas em torno da sua atuação em si, mas em compreender seu sentido e significado. O conceito possibilitou que passássemos a enxergar a ONG enquanto parte de uma trama, inserida em uma lógica integrada a outras instituições que investem na produção e difusão de uma visão de mundo que visa manter a dominação e a subalternidade de uma classe. A supervalorização de sua atuação, somada ao descrédito nas instituições públicas, corrobora à lógica liberal e privatista, onde a gestão privada é sempre sinônimo de eficiência. Assim, pudemos apontar as formas e os conteúdos internos de uma organização que tem como pressuposto, não explícito, atuar dentro da

lógica da ideologia dominante, que estabelece críticas ao Estado e promove o deslocamento do social para o individual na lógica do neoliberalismo.

Apresentamos como a política neoliberal corrobora para o enfraquecimento das noções de direito e da organização entre indivíduos, para inserir em seu lugar saídas individualizadas fornecidas por um “corpo técnico” como as ONGs, a uma população de “beneficiados”. Porém essa população de “beneficiados” é atendida pontualmente e serve como forma de ocultar as questões estruturais que perpassam o problema da moradia. Percebe-se uma disputa em torno do que é o social, dos seus problemas e das formas de atuação sobre eles. As organizações denominadas como filantrópicas mobilizam-se, pautadas por um discurso generalista de “fazer o bem”, e oferecem serviços a uma população reduzida. Essa relação, entre a organização que oferece serviço e a população que é beneficiária, corrobora ao enfraquecimento das formas de organização dos sujeitos. As ações em torno da exigência de acesso a direitos passam a ser desencorajadas com a expansão de organizações filantrópicas, que se apresentam como um fim em si. Nota-se, assim, a importância política dessas entidades em torno do controle das manifestações populares, no controle de sua autonomia. As organizações filantrópicas, como o TETO, não tratam das *causas* da desigualdade, que tem suas origens na exploração e espoliação dos trabalhadores, apenas as naturalizam. Não aponta a ação estatal, pois quer se colocar como contraponto a ela. Não esclarece aos moradores das áreas em que atuam a respeito dos direitos explicitados na Constituição Federal, como se a solução dos problemas estivesse relacionado a ações filantrópicas. Não se oferece soluções estruturais, através de políticas públicas universais, mas oferecem a caridade e a atuação pontual sobre grupos escolhidos por elas.

Ainda que o número de moradias construídas seja objeto de orgulho para a organização, a análise feita a respeito da questão habitacional de forma ampla demonstra que não há alteração do déficit habitacional, nem em quantidade de unidades criada e nem em qualidade de moradia construída, através de suas ações, além de as mesmas não fomentarem discussões e mobilizações em torno do acesso à terra e à moradia. Esta é a importância de se investir em *marketing de causa*, e se inserir em ações em prol da “responsabilidade social”. Assim é possível fomentar a imagem da organização enquanto agente capaz de solucionar problemas complexos. Ou, se não solucionar, ao menos contribuir a criação da imagem da organização enquanto atuante e “linha de frente” no enfrentamento das precárias condições de moradia. A construção dessa imagem

ressoa na conformação da visão de mundo daqueles que dela participam. Dessa forma, então, é possível interpretar o TETO como parte de uma estrutura de organizações que está mais interessada em produzir o consenso em torno de determinadas visões de mundo que venham a favorecer as elites dominantes, do que a promover a equidade. Essa é uma expressão dos aparelhos privados de hegemonia, que tentam se apresentar homogêaneamente como capazes de “resolver” os problemas sociais via ajuda humanitária.

É preciso ainda mencionar a impossibilidade de esse trabalho dar conta da complexidade dos temas tratados. Realizando a pesquisa foi possível notar novas áreas de exploração futura se abrindo: seja para uma investigação a fundo sobre os sentidos do voluntariado, sobre a mobilização de tecnologias e armazenagem de dados enquanto um aparato de controle sobre as periferias urbanas, ou ainda para pensar seriamente as categorias de Estado e Sociedade Civil no neoliberalismo. Esses caminhos de investigação estão abertos àqueles que se interessarem pelos temas e, com toda certeza, permearão ainda as nossas pesquisas futuras. O presente trabalho centrou-se na pesquisa de uma organização em específico, mas almeja que a análise realizada possa servir ao processo de desvelar o complexo mundo social. O conceito de aparelhos privados de hegemonia auxilia nessa compreensão, ao possibilitar que reconheçamos que não apenas as organizações ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços podem ser identificadas como uma delas, mas também instituições como as ONGs, entre as quais a TETO, são capazes de permear o imaginário social, ao ocultar as causas das desigualdades e misérias, associando a visão de um mundo mais justo às supostas ajudas humanitárias realizadas por elas.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Maria José de. **Verticalização de favelas em São Paulo**: Balanço de uma experiência (1989 a 2004). 2006. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BERRÍOS, Felipe. *Todo Comenzó en Curanilahue*. Chile: Aguilar, 2006. (Versão traduzida do livro foi cedida por Bárbara Figueiredo).

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**: vol. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998

BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e Favela**: metodologia para projetos de urbanização. 2000. 362 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Da política urbana federal à produção do espaço municipal**: a gestão habitacional no Rio Grande do Sul. 2015. 328 f. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando. **Para além da política econômica**. São Paulo: Unesp, 2018. p. 327-362

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. Em Ioschpe, E. B. (Org.), 3º Setor: desenvolvimento social sustentável. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CARDOSO, Ruth. Prefácio. In: Ferrarezi, Elisabete. **OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão**: o nascimento das ONGS. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, [1983] 1995.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. eBook. São Paulo: Boitempo, 2018b. p. 622-708.

COMBESSIE, Jean Claude. **O método em sociologia**: O que é, como se faz. São Paulo, SP: Loyola, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESROSIERS, Ismane. **Do imperialismo de Estado ao domínio das Organizações Não Governamentais (ONGs)**: o Haiti após o terremoto de 2010. Orientação de Vicente Eudes Lemos Alves. Campinas, SP: 2016. TCC. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000972611> >. Acesso em: 3 jun. 2019.

DICIONÁRIO Gramsciano (1926-1937). Organização de Guido Liguori, Pasquale Voza. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine**: "development," depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo, Boitempo. [1872] 2015.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e História. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, p.61-72, out. 2007a.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Caridade ou curiosidade? Uma história cultural da assistência aos pobres na Londres vitoriana.. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 40, p. 176-180, jul-dez. 2007b.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, [2005] 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000 [1936].

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2009 [2000].

LEGUIZAMÓN, Sonia A. “Los discursos minimistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza”. In: **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe**: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEITE, Marco Antônio Santos. O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público — Oscips. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre\\_escola/banco\\_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro\\_setor.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro_setor.pdf)>

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: CEBRAP; SESC. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo. SESC. 2016

MATTELART, Armand. A globalização da comunicação. (1996) [2012]

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos)

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2013 [2003].

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude**: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estudos: CEBRAP, São Paulo, n. 74, p.67-85, mar. 2006.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: **A era da indeterminação**. Organização de Francisco de Oliveira, Cibele Saliba Rizek. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre favela em São Paulo**: Uma história concisa das favelas paulistanas. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PREFEITURA DE SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei nº 619/16, de dezembro de 2016. Plano Municipal de Habitação de São Paulo. São Paulo, Disponível em: <[https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2014/08/20161221\\_PMH\\_PL\\_bxa.pdf](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2014/08/20161221_PMH_PL_bxa.pdf)> Acesso em: 3 out. 2020.

QUERIDO, Fábio Mascaro. Um capítulo da sociologia crítica paulista: a trajetória do Cenedic (1995-2015), mimeo, 2018, 40p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo**. 1981. 197 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2003 [1988].

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo, SP: Cortez, 1988.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TELLES, Vera da Silva. “Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa)”. In: **A era da indeterminação**. Organização de Francisco de Oliveira, Cibele Saliba Rizek. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

VIANNA, Catarina. **Os enleios da tarrafa**: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.